

## ATA NÚMERO 4

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2018

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, Raimundo Magalhães Carvalho, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Nuno Miguel Oliveira de Sousa Queirós, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, **Olívia Carvalho**, António Ferreira Soares Araújo, Américo Paulo da Silva Ribeiro, **Carlos Alberto Freitas Miranda**, Fernando José Moura e Silva, Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, Pedro Miguel Torres Varejão Reis, Hugo Miguel Costa Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Luísa Magalhães Maia, Carlos António da Silva Carvalho, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Bastos Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, **Miguel Ângelo Teixeira Coelho**, Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão  
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga  
FREGIM – Sandra Castro Fraga  
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós  
GONDAR – Hugo Vaz  
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira  
LOMBA – José Sidónio Vasconcelos  
LOUREDO – Alípio Teixeira  
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
PADRONELO – Armando Coimbra  
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva  
SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes  
TELÕES – Domingos Pinheiro  
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha  
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo

VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Monteiro  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO  
Joaquim António Pinheiro  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –  
Ângelo Magalhães  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.  
CRISTINA – Daniel Pinheiro  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO –  
Alfredo Teixeira Carvalho  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite –  
FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António  
Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Pedro Manuel Barros Pereira Dina Coelho e Amélia Oliveira.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, foi então dado início aos trabalhos.

Foi dada a conhecer aos presentes a correspondência recebida até esta data.

Passou-se de seguida à aprovação da ata da sessão anterior, a da reunião de vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezoito.

Relativamente a esta ata os senhores Deputados Estefânio Pinto, Manuel Pinheiro e Henrique Monteiro solicitaram algumas correções que de imediato foram atendidas. De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não votaram por não terem estado presentes na referida reunião os seguintes Deputados: Olívia Carvalho, Carlos Alberto Freitas Miranda e Miguel Ângelo Teixeira Coelho.

Da votação da ata resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Passou-se de seguida para o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

### **JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS**

No uso da palavra, o senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Dr. José Luís Gaspar, o Município de Amarante em meados de julho do ano de 2017 realizou uma intervenção designada por “*Sistema Viário de Ligação entre o Cruzamento dos Bombeiros Voluntários de Amarante e o entroncamento de acesso a Santa Luzia*”, constituindo duas rotundas. Para tal aprovou, em reunião de Executivo realizada no dia 10 de julho do mesmo ano, uma *proposta de restrição temporária* ao regulamento de Trânsito da Cidade de Amarante com o objetivo de efetuar as referidas obras, no período compreendido entre o dia 3 de julho e 31 de agosto do ano de 2107.

Importa, agora, saber se as alterações às regras de trânsito estão de acordo com o código da estrada e com o regulamento Municipal.

A título de exemplo recorde que, conforme estipulado no Regulamento Municipal, o trânsito só pode circular no sentido descendente na Avenida Joaquim Leite de Carvalho. Contudo, existe agora uma saída e entrada pela rotunda que permite a circulação nessa avenida em sentido contrário.

Ora, a minha pergunta é:

Continuamos em regime provisório, ou este terminou no dia 31 de agosto de 2017?

Senhor Presidente, gostaria de abordar outra questão de particular importância para Município de Amarante que é a situação do Externato de Vila Meã.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, a 7 de Dezembro de 2017 informou o Executivo que tinha estado reunido no dia anterior em Lisboa com a senhora Secretária de Estado Adjunta da Educação, para tratar de assuntos relacionados com o Externato

de Vila Meã, e que esta mostrou abertura para a redefinição da área de influência do referido estabelecimento ensino, alargando a sua influência à união das freguesias de Figueiró São Tiago e Santa Cristina, assumindo, logo aí, um acordo com vista a analisar esta situação em Março de 2018.

Senhor Presidente:

Está em condições de dizer a esta Assembleia o ponto da situação? Vai-se redefinir a área pedagógica através do alargamento da área de influência do Externato de Vila Meã?

Aproxima-se a época do ano propícia ao flagelo dos incêndios, embora hoje devido às mutações constantes no clima e das temperaturas ao longo do ano, seja difícil delimitar no tempo um só período, no entanto, estaremos todos de acordo que época do ano que se aproxima é aquela que mais riscos apresenta para o desenvolvimento dos fogos florestais.

Amarante tem uma vasta área florestal com várias serras implementadas no seu território geográfico, devem as autoridades, ter por isso, preocupações acrescidas. E é nesse sentido que lhe solicito os seguintes esclarecimentos:

1. Qual ponto de situação da preparação para fazer face à eventual ocorrência no nosso território deste fenómeno?
2. Amarante tem algum plano próprio para fazer face a estes acontecimentos?
3. Qual o ponto da situação, do Município de Amarante, na adaptabilidade operacional, às novas competências dos Municípios em matéria de Conservação, Manutenção e Limpeza das Florestas?

Na passada quinta-feira dia 26 de Abril de 2018, ocorreu o evento de assinatura de um protocolo de colaboração entre o IP, Autoridade Nacional de Proteção Civil e as Corporações de Bombeiros Voluntários de Amarante e Vila Real, no centro de comando do Túnel do Marão, que estabeleceu em regime de permanência, a afetação de uma equipa de três bombeiros preparada para intervenção imediata a eventuais situações de emergência, no caso de acidente ou incêndio no Túnel do Marão. Apesar de ser muito positiva a abertura desta sala de emergência, o problema, ainda assim, fica só parcialmente resolvido com esta iniciativa do Governo Central visto que não fica muito claro como vai esta estrutura funcionar. Sem a resolução de uma das componentes importantes, e que o relatório ao incidente sinalizou, nomeadamente, ao centro de controlo de trânsito, considerando que deveria ser aberto para fazer uma ligação operacional, aos níveis de articulação, assistência, intervenção e apoio com os agentes de proteção civil e socorro.

Urge assim perguntar:

A Câmara Municipal de Amarante, agendou alguma iniciativa para reclamar a reabertura do Centro de Controlo de Trânsito no Túnel do Marão, infraestrutura que se localiza precisamente no território de Amarante?

### **MANUEL PINHEIRO – PS**

No uso da palavra começou por dizer que iria apresentar três questões, a exemplo do que já tem feito em anteriores reuniões. A primeira prende-se com o piso da estrada que dista entre a Rotunda de Geraldês e a Rotunda da Vinha, que hoje até se poderia chamar quase a rotunda dos cartazes, e para a qual chamo a atenção dado o estado degradado, quase calamitoso, em que aquela estrada se encontra. É uma das entradas principais de Amarante e o mau estado daquele asfalto em nada contribui para que as pessoas nos visitem.

A segunda questão prende-se com um problema que já aqui trouxe há uns meses e que tem a ver com o mau estado de conservação em que se encontra a Biblioteca Municipal. “O senhor Presidente tem prevista, a curto prazo, alguma intervenção naquele edifício?”.

O terceiro ponto que quero dar a conhecer prende-se com um assunto recorrente e tem a ver com uma obra que era partilhada entre o Município e a EDP e

que consistia em passar a rede aérea entre S. Lázaro e St<sup>a</sup> Luzia para subterrânea, sendo que a maior parte dos custos seriam da EDP. Na última vez que coloquei a questão, o senhor Presidente respondeu-me que não estava adentro do assunto. Pergunto-lhe se hoje já nos pode dar uma resposta a esta questão.

### **CANDIDO ZOIO - PS**

No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “No domínio cultural não estão presentes no documento de relatório de atividades, as atividades de preparação a propósito do Festival Mimo 2018, sabendo que é uma atividade relevante no município, trouxe este assunto antes da ordem do dia para recolher informação pertinente aos amarantinos.

Pergunto, portanto Sr. Presidente, se nos pode informar se este ano os comerciantes locais já podem colocar, os seus produtos à venda, no espaço reservado para o efeito, no Festival e se sim qual o preço por comerciante?

A segunda questão prende-se com a análise económica do festival e por isso pergunto se já tem na sua posse algum relatório relativo ao custo benefício desse festival para a autarquia?

### **SARA MAIA – PS**

No uso da palavra, fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Na reunião de câmara, do passado dia 13 de Março de 2018, o Executivo da Câmara Municipal de Amarante, deliberou autorizar a celebração do contrato de manutenção do serviço Público de transporte Coletivo, com a operadora Rodonorte, relativamente ao VIA – Viagens de Amarante, por ajuste direto, no valor de € 48.000,00 anuais.

Os vereadores do Partido Socialista, votaram contra, emitindo uma declaração de voto, na qual explicaram de forma minuciosa e exaustiva, as várias razões de facto e de direito, que os levaram a tomar tal decisão.

O grupo municipal do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, acolhe na íntegra a fundamentação da declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista.

De realçar, que o Partido Socialista, não é contra a existência do VIA – Viagens de Amarante, mas antes quanto ao modelo adotado por este Executivo, o qual da forma como está configurado, acarreta para a autarquia um prejuízo mensal de € 4.000,00, correspondente ao suposto prejuízo que a empresa Rodonorte tem com a VIA.

O Via tem duas zonas: a zona 1, correspondente ao circuito da cidade e a Zona 2, que liga a cidade ao Hospital.

Embora a Zona 2, a do Hospital, tenho outros operadores, para além da Rodonorte, a prestar o mesmo serviço, ainda que com circuitos diferentes, o Partido Socialista entende que este circuito feito pelo VIA, se deve manter, ainda que venha a ser necessário o Município efetuar uma eventual compensação pelo desequilíbrio financeiro e depois de um estudo profundo do mesmo, que permita o cumprimento do regime legal aplicável, nesta matéria.

Relativamente, à Zona 1, respeitante ao circuito da cidade, o Partido Socialista, sem necessidade de qualquer estudo, cedo se apercebeu, que este circula constantemente vazio e que o transporte efetuado, é feito através de um autocarro, que deixa a maior das reservas em termos ecológicos.

Pese embora, o Sr. Presidente de Câmara, justifique este circuito, por ele assegurar atualmente o transporte escolar, o certo é que nestes últimos três anos e meio (período de vida correspondente ao VIA) já teve tempo suficiente para arranjar uma alternativa para assegurar o transporte escolar.

Por diversas vezes, o Partido Socialista, alertou e questionou o Sr. Presidente da Câmara, sobre a necessidade de reavaliar o VIA.

Porém, a resposta obtida pela Sr. Presidente de Câmara era muito simples: “o VIA não tem quaisquer custos para o Município, uma vez que é assegurado por uma empresa privada que presta um serviço social”.

Tal altruísmo, sustentado aparentemente, numa política de responsabilidade social, sempre causou estranheza ao Partido Socialista, na medida em que era perceptível, que os circuitos não eram economicamente auto-suficientes para a empresa transportadora.

Qualquer cidadão comum ou empresário, percebia que no âmbito de uma política empresarial de responsabilidade social, adotada por uma empresa privada, esta até possa prescindir de lucros, agora suportar prejuízos, é algo que não cabe na lógica empresarial.

Como diz o velho ditado popular: “ quando a esmola é grande, o santo desconfia”!

E a seu tempo, a desconfiança, fazia todo sentido, perante tanta esmola.

Volvidos, mais de três anos e meio, sobre uma eventual prática empresarial de responsabilidade social, vem agora a Sra. Vereadora Lucinda Fonseca, justificar, na referida reunião de Câmara, que a Rodonorte apenas pretende “ *que se cubra o défice do circuito, pois não pode a empresa continuar a suportar o prejuízo em detrimento de uma causa*”, como melhor consta de fls. 43 da acta de 13/03/2018.

No mesmo sentido, o Sr. Presidente de Câmara, para justificar tal ajuste directo, à empresa Rodonorte, diz : “*entendemos que deveremos continuar com esta empresa até à decisão de abertura do concurso (...). (..) e seria estranho não o fazer depois de três anos em que contamos com a colaboração da empresa que prestou um excelente serviço, e à qual deveremos ficar gratos não só nós como todo o Executivo.*”, como melhor consta de fls. 46 da ata de 13/03/2018.

Deste modo, consideramos que o Sr. Presidente da Câmara não reavaliou de forma rigorosa, o VIA como se impunha e conforme prometido.

Optou pela via que lhe pareceu mais fácil, compensar a “esmola” que aparentemente foi oferecida ao Município.

Agora, cabe aos Amarantinos, pagar uma fatura de € 4.000,00 mensais à Rodonorte.

Face ao supra exposto, coloco a seguinte questão ao Senhor Presidente de Câmara: Até quando, suportarão os Amarantinos esta elevada fatura mensal de € 4.000,00?”.

### **ANTÓNIO ARAÚJO- PSD**

No uso da palavra começou por dizer que por influencia ou não da Dra. Sara Maia, afinal o Governo entendeu que os privados e desde que sejam definidas as áreas de ARU, também podem ter acesso ao IFFRU. Portanto, aquela intervenção da senhora Deputada na última Assembleia surtiu efeito. Penso que teria ficado bem à senhora Deputada ter vindo à tribuna registar que afinal a Câmara teve política de habitação ao definir as áreas ARU, que como sabem o regime inicial era de 2009, mas só em 2013 é que esta Câmara começou a implementar e a definir as áreas ARU o que atualmente possibilita aos privados e públicos aceder às condições vantajosas de financiamento no âmbito do IFFRU 2020.

Relativamente ao VIA, quero dizer-lhe que andamos em Amarante quase há um quarto de século a falar em transportes públicos que nunca chegaram a acontecer. Em 2013, começou a haver transportes públicos. Logo de início começou a haver a preocupação se transportavam muita gente ou não. Isso são questões técnicas e operacionais que ao longo do tempo têm de ser avaliadas. Há pelo menos um circuito, o do Hospital que penso que ninguém contesta porque é um circuito útil. Os outros, provavelmente terão de ser melhor avaliados, tendo em conta o binómio custo eficácia. Mesmo assim continuo a não entender qual é o problema. Há uma empresa a quem estão concessionados os transportes públicos que durante três anos suportou o VIA, sem qualquer encargo para o Município. O Município está prestes a constituir-se em autoridade municipal de transportes e por via disso vai ter de ser feito um plano global de transportes para o Município de Amarante. Neste período transitório de avaliação, o

município não está a financiar a empresa, mas sim a suportar um custo social relativamente à diferença entre a tarifa estipulada pelo Instituto de Mobilidade e Transportes e a tarifa social que no nosso caso é de um euro por paragem, importância esta muito pouco significativa. Se a senhora Deputada acha que a Câmara não devia suportar os quatro mil euros mensais, para os quais fez um ajuste direto de quarenta e oito mil euros, e se acha que a empresa deve cobrar a tarifa real, venha cá dizê-lo. Ao que eu sei, a Câmara está apenas a suportar durante este período transitório um valor que apenas tem a ver com o apoio social. Até ser definido um plano de transportes para o concelho de Amarante, poderia eventualmente perguntar-se se o ajuste direto é ou não legal? Para mim é legal e penso que para as outras pessoas também o será dado o montante envolvido. Se o VIA está a ser avaliado não vejo qual é o problema de durante este período transitório a Câmara estar a suportar esta tarifa. Fazia-se já um concurso público para uma situação que ainda não está perfeitamente resolvida? O VIA está a ser útil, está a prestar serviço a muitos Amarantinos e por isso não vejo mal nenhum em a Câmara estar a suportar este benefício social.

### **SARA MAIA - PS**

No uso da palavra, começou por dizer que “quanto à questão do IFFRU que o Dr. Araújo levantou, é certo que o Governo não me terá ouvido a mim, mas se calhar ouviu todos aqueles que partilhavam da mesma angústia que eu, que poderiam correr o risco de não poder usufruir de qualquer apoio devido às más políticas habitacionais da Autarquia e dessa forma não poderem ver a sua situação resolvida. Ainda bem que o Governo do PS de forma rápida resolveu esta situação porque assim todos os Amarantinos poderão rapidamente candidatar as suas obras dentro da ARU ao IFFRU 2020. Portanto, parabéns ao Governo Socialista.

Quanto à questão do VIA, eu percebo quando se fala num período transitório. Será que três anos e meio de experiência de VIA não mais que suficiente para a Câmara já ter avaliado aquilo que toda a gente vê? Então esta empresa que já prestou um serviço durante três anos, vai ter continuar a ter o direito de ser subsidiada? Se assim for, vamos abrir aqui um precedente e vínhamos aqui todos oferecer um serviço à Câmara e esperar que mais tarde nos compensassem do prejuízo que tivemos. Ninguém acredita que uma empresa privada tenha prejuízo e o Dr. Araújo sabe tão bem quanto eu que as empresas não estão para ter prejuízo e quando os começam a ter até pedem as insolvências. Não vamos acreditar que a Rodonorte venha agora prestar um serviço social.

Quanto ao VIA, para que fique claro, o PS não é contra o VIA, mas sim contra o modelo. A Câmara teve tempo suficiente para avaliar esta situação e ter criado uma melhor política de transportes”.

### **ANTÓNIO BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ANSIÃES**

No uso da palavra o senhor Presidente da Junta fez a intervenção que a seguir se transcreve: “O meio Rural do nosso Concelho está desertificado e precisa da nossa melhor atenção.

Advém de um vasto leque de fatores do conhecimento geral, concretamente do encerramento de todos os serviços públicos de proximidade e da falta de oportunidade de emprego nestes territórios.

Não podemos ainda dissociar este fenómeno de um processo de mudança estrutural, através do qual as pessoas procuram noutras paragens emprego e melhores condições de vida, em Portugal ou no estrangeiro.

Por uma questão de equidade, justiça, segurança e respeito por aqueles que resistem em abandonar a sua terra, cumpre-nos um olhar atento e interceder de modo

a dignificar a qualidade de vida e valorização destes territórios de baixa densidade populacional.

E cuidar destes territórios é desde logo garantir a satisfação das necessidades mais básicas como habitação, trabalho, ensino e cuidados de saúde.

A grande prioridade será pois, a procura de investimento nestes territórios para assim haver criação de emprego e possibilidade de fixar mais pessoas.

O sucesso desta iniciativa, poderá passar por exemplo pela criatividade com que se poderão aproveitar os inúmeros edifícios públicos dispersos por todo o meio Rural como ex-escolas do primeiro ciclo, ex-casas dos guardas florestais, quase tudo em puro estado de abandono, bem como um sem numero de oportunidades que poderão oferecer as Serras do Marão, Aboboreira e Meia Via.

Devemos mesmo pugnar pela criação de um estatuto especial para estes territórios, por forma a que possam beneficiar de um fator diferenciador ao nível fiscal, atração de fundos comunitários e outras discriminações positivas.

Porque sabemos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Amarante é uma pessoa atenta e de causas, gostaria de indagar da sua disponibilidade para um olhar atento sobre este flagelo e apoio ao investimento nestes territórios com a implementação de alguns incentivos excecionais como por exemplo:

- Maior celeridade e menos burocracia na apreciação dos eventuais processos de investimento;
- Redução ou mesmo isenção de alguns impostos Municipais, como o IMI;
- Eventuais incentivos à natalidade;
- Criação de uma rede de cuidados primários de saúde para os idosos”.

#### **ANTÓNIO ARAUJO – PSD**

No uso da palavra disse que a Dra. Sara Maia fez muito bem em dar os parabéns ao Governo, mas antes disso devia ter dado os parabéns porque foi a Câmara quem definiu as áreas ARU porque sem isso não eram possível conseguir-se todas estas vantagens quer fiscais quer do programa IFFRRU 2020. Tivemos vinte e cinco anos para implementar todos estes programas, mas parece que isso não foi tempo suficiente.

Quanto ao prejuízo, a empresa já teve prejuízo porque esteve três anos a assumir o transporte e basta multiplicar quatro mil euros por três anos para vermos qual o prejuízo. Mesmo que agora recebesse quatro mil euros durante um ano, não lhe ressarcíamos o prejuízo. O que a senhora pode avaliar e criticar quando houver o concurso público é se a empresa for beneficiada. Aí sim, deve criticar. Afinal a senhora acha que está mal o facto da empresa ter assumido um serviço durante três anos, serviço esse que foi útil às pessoas?

#### **SARA MAIA – PS**

No uso da palavra disse que relativamente ao ajuste direto, não era preciso ir à reunião de Câmara porque o senhor Presidente tem competência para o fazer, mas parece que não se sentiu legitimado para fazer o ajuste direto sozinho. Portanto que fique aqui expresso que também compreendemos isso.

“Quanto à questão dos vinte e cinco anos, acho que não é preciso andarmos sempre a falar do passado. O que temos de discutir é o presente e o futuro.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, foi a mesma dada ao senhor Presidente da Câmara.

#### **JOSE LUIS GASPAS – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que o regulamento de trânsito vigora em regime provisório. O novo regulamento está a ser ultimado para ser colocado à discussão pública. Até lá vigora o regime que foi apresentado.

Relativamente ao Externato de Vila Meã, a questão que me foi colocada tem a ver com uma reunião havida em Lisboa onde nos foi dito que o Governo iria ter uma atenção especial com a área de influencia de Vila Meã nomeadamente no que diz respeito a Figueiró e por isso ficamos a aguardar novidades. Pedi uma reunião com a senhora Secretária de Estado já depois da eleição dos novos Órgãos Sociais do Externato, mas ainda não obtive qualquer resposta. Sei que já houve uma chamada feita pelo senhor Presidente da Direção, que terá falado com o Chefe de Gabinete, mas eu ainda estou a aguardar que a senhora Secretária de Estado me possa atender. Mas também quero dizer que não irei estranhar se não for chamado, até porque assim respondo já à questão do IP. Houve agora no dia 26 de abril uma assinatura envolvendo o IP e os bombeiros. Tiveram o cuidado de me enviar um e-mail às dezasseis horas do dia vinte e quatro. Sei que até lá já havia notícias nos jornais acerca do que é que iria acontecer com este acordo e onde se falava apenas dos bombeiros de Vila Real. Eu, em articulação com o senhor Presidente dos bombeiros de Amarante a quem perguntei o que estava a acontecer, ao que ele incrédulo me dizia que o senhor Secretário de Estado da Proteção Civil lhe tinha ligado colocando-lhe uma questão acerca do que ele achava de apenas se formar uma equipa de doze bombeiros, reduzindo assim seis aos dezoitos inicialmente previstos e que esses doze fizessem parte apenas de uma corporação. Perante isto, o senhor Presidente da Direção dos Bombeiros disse-lhe que era uma questão a ver, que não se opunha, desde que os homens dessa equipa fossem de Amarante. Parece que o senhor Secretário de Estado ficou um pouco surpreso porque a ideia era para Vila Real. Começa logo aqui a deselegância porque estamos a falar na zona de Amarante, porque quem tinha de autorizar era Amarante. Depois acabou por se resolver à ultima da hora e chegou-se a acordo com uma equipa de dezasseis homens, sendo oito de Amarante e oito de Vila Real. Amarante tem de ser respeitada.

Quanto ao Centro de Controle, quero dizer que os seis quilómetros mais seguros do país são os do túnel, informação esta que me foi prestada pelo Senhor Secretário de Estado. A haver algum problema que seja ali, porque ali há a garantia de socorro imediato, sendo que agora vai lá ter em permanência estes homens. O controle está ser feito na mesma. Futuramente estarão ali os bombeiros. O que me foi dito pelo senhor Secretário de Estado é que neste momento está tudo resolvido e como não é da minha competência eu vou acreditar que esteja.

Relativamente ao ponto de situação de limpeza das matas tenho alguns indicadores, que ainda estão a ser trabalhados, quero dizer que dos oitocentos e sete lugares sinalizados, setecentos e onze já foram limpos o que quer dizer que estamos com uma taxa de intervenção de oitenta e oito por cento e que superou em muito a nossa expectativa. Quero aqui agradecer a intervenção dos senhores Presidentes de Junta que foram parceiros importantes porque motivaram os seus fregueses a limpar.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Manuel Pinheiro no que diz respeito ao estado do piso da estrada que liga Geraldês à Rotunda da Vinha, concordo consigo quando diz que está em muito mau estado. O caso vai ser tido em conta, a par de muitos outros que também precisam de manutenção. A seu tempo e por ordem de prioridades vamos dar início a essas manutenções.

Quanto à Biblioteca, houve uma primeira intervenção para fazer face ao descaimento do telhado que foi apenas um mero paliativo, porque o edifício precisa de uma intervenção de fundo. Estamos neste momento a fazer o projeto para a requalificação do edifício naquilo que diz respeito ao revestimento exterior e ao telhado. Vai ser um processo moroso, porque é um edifício numa zona de intervenção em que o Património terá de se pronunciar. Vamos tentar resolver os muitos problemas que aquele edifício apresenta.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Cândido Zoio, obviamente que há monitorização do impacto dos resultados do MIMO. São estudos que as empresas da especialidade fazem, mas o impacto é muito positivo, embora haja muito dados que



tem de ser estudados e comparados e que tem a ver com a marca, com a promoção, com a visibilidade, com a imprensa etc. Posso desde já dizer-lhe que o festival teve um crescimento de 2016 para 2017 de 78%, passando de um total de dois milhões e duzentos para três milhões e novecentos. Em termos globais, o impacto que este festival tem no Município de Amarante e na região é francamente positivo.

Relativamente à questão que colocou, no sentido de saber se os comerciantes locais poderão instalar-se no festival, podemos anunciar que estamos a tentar que alguns produtos locais possam lá ser comercializados, mas não somos nós que podemos fazer essa gestão, mas estamos a articular com a produção no sentido de isso vir a ser possível.

Relativamente à intervenção da senhora Deputada Sara Maia, e à questão que colou, penso que já lhe tenha sido respondida pelo senhor Dr. Araújo, mas deixe-me dizer-lhe que a senhora começou a ficar angustiada quando percebeu que alguém tinha olhado para Amarante e tinha definido áreas de intervenção que foi o que este Município fez. Depois disso é que a senhora percebeu que era altura de ficar angustiada. Não fique, porque nós estamos muito atentos àquilo que deve ser feito para o desenvolvimento de Amarante. Neste caso, não foi o governo que pensou. Foi Amarante que projetou quatro áreas de reabilitação urbana e obviamente que a partir daí as regras são impostas para essas áreas, as pessoas podem usar essas regras. Nós pensamos, nós executamos e nós fizemos. Depois, há coisas que parecem mal. Uma coisa é não saber e querer vir para aqui colocar as questões que colocou. Uma outra coisa é ter a consciência daquilo que está a dizer e vir para aqui tentar inverter a orientação das coisas, nomeadamente no que diz respeito ao VIA. Eu não respondi quando andaram para aí a falar. Respondi ao outro dia quando assinei aqui nesta mesa, o acordo daquilo que foi deliberado em reunião de Câmara, acordo esse que os técnicos me disseram que tinha de levar à reunião. Foi por isso que o levei e não por medo, porque eu assumo aquilo que faço. Nós quando começamos com o VIA, que desde 2001 era falado, mas que ninguém pôs em marcha. Mas nós fizemos. Desde o primeiro momento que a nossa preocupação era o tarifário. O IMTT definia uma regra que dizia que o bilhete por zona era de dois euros e cinquenta cêntimos e o passe seria de trinta e dois euros e cinquenta cêntimos. Na altura achámos que eram valores elevados, logo numa altura em que queríamos captar gente que usasse as rotas. O que fizemos foi tentar reduzir os custos. Na altura, a empresa concessionária das rotas, a exemplo do que já fazia noutros municípios, prontificou-se a suportar uma tarifa social durante um certo período de tempo. Depois desse período experimental o Município decidia se parava, ou então aplicava os preços do IMTT. Durante três anos a empresa resolveu arriscar. Passados os três anos comunicaram que iriam aplicar o tarifário do IMTT. Disse-lhes para não mudarem porque iríamos nós suportar esse custo social, da mesma forma que nós pagamos os transportes escolares. Enquanto eu puder, irei ter este custo social.

### **CÂNDIDO ZOIO - PS**

No uso da palavra disse o seguinte: “Senhor Presidente ainda a propósito dessa matéria pode-nos esclarecer o aumento exponencial do montante nos contratos entre a autarquia e a empresa promotora do festival?

A saber:

Contrato 2016: 79.950 euros

Contratos 2017: 92.237 euros + 70.343 euros num total de 162.581 euros

Contrato 2018: 408.633 euros

Esta subida absolutamente estratosférica de custos do festival deve-se a que facto?”

E faço uma outra questão se nos poderá responder, posteriormente pois não deve ter esses dados presentes, o custo real desta atividade, pois certamente acresce a estes contratos outros gastos que não estão aqui refletidos, e atendendo à disparidade de montantes nos contratos é necessária a devida clarificação”.

### **JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS**

No uso da palavra, perguntou ao senhor Presidente da Câmara, se a obra das rotundas, já está concluída, e se está porque é que ainda se mantém em regime provisório?

Relativamente à questão do túnel, o senhor Secretário de Estado pode dizer o que muito bem entender, porque o relatório contradiz tudo uma vez que diz que o Centro de Controle de Trânsito é fundamental para a segurança do túnel do Marão. Uma infraestrutura que é considerada a este nível a maior da Península Ibérica não pode ter o Centro de Controle de Trânsito a quatrocentos quilómetros de distância.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que nos últimos mandatos tínhamos o cuidado de fazer as perguntas todas e só depois o senhor Presidente respondia, isto para evitar perguntas sobre o mesmo assunto, o que leva a que o senhor Presidente já não tenha tempo para poder responder. Agora não está a acontecer isso, mas as pessoas gerem o seu tempo como bem entenderem

Quanto ao MIMO, o senhor Deputado acabou de fazer algumas perguntas. É contra o MIMO? Quer que acabe o MIMO? Se houve aumento de valores, deve ter falhado a CIM, que não terá muito interesse até porque o xadrez político alterou significativamente. Provavelmente também falhou o Turismo do Porto e Norte de Portugal a quem politicamente também já o Festival não interessa muito. O senhor Deputado vem fazer perguntas, para as quais já sabe a resposta, porque está farto de saber quem falhou. Temos todos de alguma maneira de influenciar, no bom sentido, a CIM para que esta apoie o MIMO, evento muito importante para a região e o Governo, através do Turismo do Porto e Norte de Portugal para que também apoie o evento uma vez que ele também é importante para o turismo de Amarante e de todo o norte de Portugal.

### **SARA MAIA – PS**

No uso da palavra, disse que “o senhor Presidente não me respondeu à pergunta que anteriormente lhe fez. Quanto ao facto de ser elegante, eu não preciso que o senhor Presidente seja elegante para comigo. Eu só preciso que o senhor me respeite tal e qual eu o respeito. A linguagem que o senhor tem vindo a utilizar, não só para comigo mas também para muitos outros Deputados Municipais do Partido Socialista, não nos vai impedir de vir aqui dizer o que entendemos acerca de assuntos que são do interesse dos Amarantinos. Na última Assembleia o senhor Destratou os Professores. Agora parece que também quer destratar advogados. É consigo.

### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra, disse ao orador anterior que os números que referiu, tem a ver com transparência. Os números em causa referem-se aos contratos diretos com os produtores do espetáculo e ainda não estão englobados os custos que eventualmente o espetáculo poderá ter. Nós, como Deputados, devemos ser os primeiros a defender os Amarantinos e saber exatamente para onde é que vai o dinheiro público.

Eu não disse que era contra o MIMO. O senhor está a colocar na minha boca palavras que eu não disse.

### **JOSÉ LUÍS GASPAS – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra disse à senhora Deputada Sara Maia que nunca tratou mal nenhum professor, pelo contrário é uma classe que muito estima. Aquilo que a senhora disse é falso e a senhora sabe disso. Por isso exijo respeito.

“Como segunda nota quero dizer que relativamente ao MIMO são 350.000 euros mais IVA. Neste momento não sei se vai ficar por isso, mas se houver fundos

comunitários até pode baixar. Nos dois últimos anos tivemos apoio de fundos comunitários, mas neste momento ainda não tenho garantia de nada. Por isso é que eu fiz pelo total daquilo que era a nossa contrapartida mais aquilo que eram os valores dos fundos comunitários. No fundo foi isso.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara passou-se de imediato ao **período destinado às intervenções do público** que para esse efeito se inscreveu. Assim o primeiro cidadão a usar da palavra foi o senhor **ORLANDO ALVES**, que depois de se apresentar disse que estava feliz por voltar à casa que considera da Democracia, ponde onde passou cerca de dezasseis anos. Disse ainda que com esta sua vinda à assembleia, está convicto que está também a praticar um ato de cidadania que tão escassos são hoje em dia. “Permito-me referir um ponto que a todos nos deve preocupar e que tem originado alguns conflitos, quiçá com tendência a aumentar. Se o tempo o permitir, terei como gosto em falar da Universidade Sénior de Amarante. Para isso, peço ao senhor Presidente da Mesa para me interromper quando o meu tempo de uso da palavra chegar ao fim, ficando-me nessa altura penas pela pergunta que tenho para fazer ao senhor Presidente da Câmara. Como sabem, a Universidade Sénior de Amarante, contrariamente a outras, como por exemplo a de Guimarães, denominada Autodidata de Guimarães, nasceu de um projeto, que entretanto terminou, chamado Vida Longa, para o qual foram designados como responsáveis na altura o Dr. Pedro Alves Pinto e o Professor Dr. Nuno Queirós. Posso esclarecer, se for necessário, como é que nasceu o projeto Vida Longa. Tenho comigo documentos que provam como tudo aconteceu. Face ao esgotamento desse projeto, entendeu-se por bem criar em 2006 a Universidade Sénior de Amarante, de forma a “abrigar” os mais idosos. No ano de 2006, a Câmara Municipal de Amarante, através do Gabinete de Comunicação estabeleceu uma pareceria com a Universidade de Trás-os-Montes e nessa altura foi então manifestado interesse em organizar uma turma com a competência administrativa do Técnico Superior responsável pela implementação do projeto, que penso ter sido o Professor Nuno Queirós, hoje Vereador. Perante o assumir desta responsabilidade para com pessoas de cinquenta ou mais anos, onde hoje já somos cerca de 150 elementos, pediu-se então uma Comissão Instaladora que arranhou como instalações disponíveis aquelas que hoje conhecemos. Ficou então designado como responsável da Universidade Sénior o Professor Nuno Queirós, a quem nós carinhosamente apelidamos de – Nosso Reitor – e não estando em causa as pessoas, eu com esta intervenção quero apenas pôr uma pedra no maldizer, no disse que disse, nos conflitos que tem surgido. Perante tudo isto formulo ao senhor Presidente da Câmara a seguinte pergunta: A quem pertence afinal a instituição da Universidade Sénior? O que pensa a Câmara fazer com a posição do seu responsável Professor Nuno Queirós?

De seguida usou da palavra o senhor **JORGE PEREIRA DA SILVA**, começou por dizer que a exemplo do orador anterior também pratica a cidadania e por isso queria colocar quatro questões ao senhor Presidente da Câmara. A primeira prende-se com o novo edifício da GNR, aspiração de todos nós há mais de trinta anos, e que sem saber porquê continua por inaugurar.

Uma outra questão prende-se com um assunto que de quem em tempos aqui falei e que tem a ver com o aproveitamento da saída da autoestrada a partir das Carvalhinhas, com a construção de uma rotunda que permitia o acesso mais fácil à cidade por parte de quem nos visita. Parece que esta será uma obra a fazer no mais curto espaço de tempo, para que seja possível a quem nos visita chegar rapidamente ao centro da cidade e ao Parque Florestal.

Relativamente ao trânsito, disse que continua a entender que a atual postura, que contraria há mais de vinte anos, matou o turismo e afastou as pessoas da cidade. Disse que a sociedade Amarantina deve ser chamada e toda junta discutir aquilo que é importante para Amarante. Disse também que é necessário e urgente resolver e tratar toda a área envolvente à rotunda da Vinha.

Por fim, há uma questão que o preocupa de sobremaneira, e que se prende com o saneamento da margem esquerda do rio Tâmega, porque o nosso rio não pode continuar a ser poluído. Continuamos a ver viaturas de limpeza de fossas a despejar os detritos no rio. Isto não pode continuar. Era só.

### **JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, disse ao senhor Dr. Orlando Alves que não tinha conhecimento de qualquer problema no funcionamento da Universidade Sénior. A responsabilidade da Universidade é da Câmara Municipal e o agora Vereador Nuno Queirós está lá como técnico em representação da Câmara, porque também é funcionário e por isso está autorizado pela Câmara, para articular o funcionamento da Universidade com a Câmara. Não temos neste momento quaisquer razões para alterar o que está instituído. Relativamente aos seniores, o Departamento Social da Câmara está a trabalhar no sentido de criar uma nova dinâmica para articular com os seniores que fazem parte da Universidade, para poder haver um poder mais interventivo da nossa parte na Universidade Sénior.

De seguida disse ao senhor Jorge Pereira da Silva que continua à espera que o MAI defina quando é que vai querer tomar conta do Quartel, pronto há seis meses. Para mim confere-me uma preocupação acrescida, porque um edifício acabado de fazer, mas fechado deteriora-se todos os dias. Neste momento, não está aberto, mas a Câmara não tem qualquer responsabilidade. Soube pela senhora Comandante do Posto que já lá estão a colocar mobiliário. Já seguiu um ofício para saber prazos porque começa a ser preocupante todo este atraso. Espero que seja para muito breve.

Relativamente à questão da Rotunda, quero dizer-lhe que temos o projeto feito que já foi discutido com o IP. Aquilo é uma zona tutelada pelo IP e eles querem-nos entregar aquela parte da estrada. Queriam que tivéssemos ali um via de sentido único e por isso temos de desafetar desde a saída da ponte até à rotunda o terreno envolvente e só a partir daí é eu podemos avançar com o projeto.

Relativamente ao saneamento, percebo aquilo que diz, porque é essencial a cobertura integral de saneamento aqui em Amarante. Como sabe, isto agora é uma competência em baixa, das Águas do Norte e em alta, das Águas do Douro e Paiva. Há concursos que têm vindo a avançar para aumentar a cobertura de saneamento aqui em Amarante, onde ainda há muito a fazer, principalmente na margem esquerda. Algumas das empreitadas vão avançar, nomeadamente naquela zona do Salvador, até porque é preciso ligar aquela zona à nova ETAR de S. Simão. É um processo moroso, que a empresa aos poucos vai definindo.

Terminado este período da Assembleia Municipal, passou-se de imediato ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, sendo assim iniciada a discussão dos pontos previamente agendados. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

### **PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

#### **CANDIDO ZOIO – PS**

Relativamente a este ponto, o senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Devo dizer que o Relatório de Atividades e Informação Financeira que aqui nos apresenta, não sofreu alterações de fundo do ponto de vista formal relativamente ao anterior, mesmo depois dos alertas que temos vindo a fazer, e do Senhor Presidente ter referido que a melhoria dos documentos é sempre importante.

Devo reforçar que este documento, não favorece apenas a leitura crítica e aprofundada do documento, pois pode ser igualmente utilizada, por vossa excelência para uma gestão mais eficaz e eficiente dos recursos, bem como fazer a demonstração

plena do exercício da transparência que por nós, Partido Socialista, era proposto aos Amarantinos, a prestação de contas ao cidadão de forma clara e inequívoca.

Aliás este ainda é mais parco em informação fundamental para a análise e respetiva fiscalização de forma construtiva e atenta da atividade do município como nos compete a nós Deputados Municipais.

Reforço assim as nossas preocupações e mantendo todos os alertas que temos feito, e, portanto, a questão que coloco é: para quando é que iremos ter um relatório mais completo e detalhado de toda a atividade municipal como recomendado nas duas últimas reuniões da Assembleia?

Quero também dizer ao senhor Presidente que um contrato é um contrato e eu quando pago, pago um contrato.

Senhor Presidente sabemos pelo mapa quadro 4, que à data de 30 de março a disponibilidade financeira do município, cifra-se apenas em 2.393.940 euros abaixo dos 2.570.853 euros a 31 de janeiro, isto retirando o montante de dotações não orçamentais que, como sabe não podem ser usadas, e sabendo também pela indicação no mapa 5 que, à mesma data, o endividamento a curto prazo, era enorme 3.342.677 euros acima dos 3.276.906 euros em janeiro constatamos que subtraindo esse montante ao anterior a o saldo é negativo em cerca de 1 milhão de euros, ou seja estamos constantemente a ter menos dinheiro disponível e a endividarmo-nos cada vez mais na despesa de curto prazo.

A questão que se impõem relativamente a este cenário, é se o Senhor Presidente vai continuar nesta estratégia perigosa de aumento do endividamento a curto prazo aumentando a dívida a fornecedores e utilização apenas de crédito bancário para fazer obra?”

#### **JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS**

No uso da palavra disse que: “ a 16 de dezembro de 2017, aquando da discussão sobre a limitação da área urbana da cidade de Amarante, a Câmara assumiu que o processo relativo ao segundo momento deste projeto - ORU – operação de reabilitação urbana, seria concluída em janeiro de 2018. Estamos no último dia do mês de abril de 2018 e ainda não há notícias sobre esta matéria. Qual a justificação pelo atraso verificado? O relatório de atividades informa-nos ainda que *“está em fase de estudo e projeto a ligação viária de acesso da Avenida 25 de Abril, Avenida 1º de Maio e zona do Arquinho”*. De que se trata esta anunciada intervenção? Qual o ponto de situação do Plano de Urbanização de Vila Meã? Dados os constrangimentos aos munícipes, investidores e técnicos das empresas do ramo imobiliário e tendo em conta os atrasos verificados, pergunto: qual o prazo médio de apreciação dos projetos definidos pelos serviços municipais?

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que vinha mais uma vez registar a apreciação ao relatório por parte do senhor Deputado Carlos Zoio. “Estivemos aqui muitos anos, e ao longo de vários mandatos o relatório tem sido aperfeiçoado. Como a crítica vai até ao infinito, vamos ter de aguentar e ouvir, como é evidente, mas senhor Presidente pode melhorar o Relatório quantas vezes for preciso que vai ter sempre críticas. Já se percebeu que quando as pessoas vem aqui levantar dúvidas, percebe perfeitamente o que está no relatório. Eu acho que a informação tem melhorado bastante, mas pode ser sempre melhorado. Reconheço a preocupação constante do senhor Deputado em querer que de reunião a reunião se melhore o relatório. É uma atitude que eu registo.

#### **JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

Relativamente ao relatório disse que “há efetivamente melhorias”. Dei os parabéns aos técnicos pelo incremento de melhoria que deram ao relatório e eu acredito que eles estão motivados para o continuarem a melhorar.

Quanto ao cruzamento, estamos a estudar a possibilidade de colocar ali uma rotunda, embora aquele espaço tenha ali um desnível bastante acentuado. Mesmo assim penso que já foi encontrada a solução. Quem sabe se teremos brevemente mais uma rotunda em Amarante”.

Seguidamente foi dada a palavra à senhora Vereadora. Dra. Rita Batista que no uso da palavra disse que “a operação de reabilitação urbana estava praticamente concluída em dezembro. O documento de trabalho foi apresentado aos senhores Vereadores numa reunião de que não posso precisar agora a data, mas que julgo tenha sido no início de janeiro. Posteriormente reuni com o senhor Vereador Nuno Queirós que me apresentou alguns contributos tendo inclusivamente sido detetado um erro de cálculo que foi de imediato corrigido. Porque percebi que poderia haver mais algumas questões a corrigir, no início de março mandei-lhe um email a pedir que me fossem remetidos os elementos que tivesse, coisa que não aconteceu, por isso julgo que o documento esteja concluído e pronto a ir à reunião de Câmara. Entretanto ainda não foi. Porque todo este processo implica alguns constrangimentos e também pelo facto do arquiteto Patrício, responsável pelo processo, ter falecido, há algumas dificuldades nos contactos. Sendo assim, acabei por atrasar um pouco o procedimento. A operação de reabilitação urbana está, da nossa parte, pronta a ser levada à reunião de Câmara. A seguir será levada à discussão pública e posteriormente virá à Assembleia Municipal. Quanto aos processos de licenciamento quero dizer quem em relação a janeiro e fevereiro do ano passado duplicaram. Quanto aos prazos médios de apreciação de processos, não posso avançar com um prazo concreto, porque depende da complexidade do processo. Contudo, terei todo o gosto em reunir consigo para aferirmos os prazos”.

#### **CANDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse que “o senhor Presidente sabe que o Índice de Transparência Municipal publicou em abril o último relatório que avalia os 308 municípios e estabelece o respetivo ranking que mede a disponibilização de dados sobre o município e o seu funcionamento, planos e relatórios, impostos, taxas e preços, a relação com a sociedade, a transparência na contratação pública e económico-financeira e no urbanismo.

Nesse ranking Amarante desceu 102 posições, este facto associado à delegação quase total de competências que fez para os Vereadores da coligação, importa que todos os cidadãos tenham acesso a informação clara e completa sobre a vida do município.

Deixo à sua consideração Senhor Presidente se pode fazer um comentário a propósito desta descida abrupta de Amarante no ranking da do Índice de Transparência Municipal. O senhor Presidente não pode estar sempre a imputar as responsabilidades do documento aos técnicos do município, uma vez que o relatório sendo um documento político, é da responsabilidade do senhor Presidente da Câmara.

Senhor Presidente, ainda relativamente a este relatório e no que diz respeito às atividades desenvolvidas pela Agência de Planeamento Estratégico – APE, a partir da página 62, o quadro que apresenta refere apenas os investimentos concretizados, referindo ainda no parágrafo anterior o acompanhamento a 72 intenções de investimento, sem mais informação relevante.

É esta falta de informação acrescentando aquilo que referi na questão anterior, que impede uma boa análise do documento, urge, portanto, saber quais os projetos que efetivamente se instalaram em Amarante e qual o investimento real que foi feito e qual o esforço económico e material feito pela autarquia.

Pergunto, portanto, quando nos será apresentado o relatório detalhado, que foi pedido nas assembleias municipais pretéritas?”

## **FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP**

No uso da palavra disse que “depois do desafio que o senhor Deputado Cândido Zoio fez, não resisto, a invocar dois conflitos de interesses; o conflito pela verdade e o conflito pela razão. A verdade é que sem invocar o ranking de 2013 do Município de Amarante, porque nem sequer quero comparar aquilo que nem sequer é comparável, mas em outubro de 2013 o Executivo tomou posse, teve pouco tempo de gestão e mesmo assim na ocasião, com menos índices de exigência, o ranking era de cento e cinquenta e nove. Isto hoje é de somenos importância, assim como naquela altura. Provavelmente o senhor Deputado não teve acesso a estes dados todos, talvez por falta de tempo ou por descuido, mas eu não valorizo isso, por uma razão simples uma vez que estamos a analisar dados provenientes de uma Organização Não Governamental que nem sequer está certificada. A validação dos dados que nos mostra são sempre muito de quem os olha e a avaliação que eles fazem não se baseia em factos concretos. É uma informação baseada nos sites dos Municípios. Mas nem todos os Municípios aderiram a este tipo de procedimento. Claro que nós ficamos contentes sempre que os outros se pronunciam bem de nós, mas este facto aqui trazido não significa que os outros se estejam a pronunciar mal. Aliás, a equipa que coordena o ITM, ou seja o Índice de Transparência Municipal diz o seguinte: - *“O Índice de Transparência Municipal não deve ser interpretado como um indicador da maior ou menor permeabilidade do Município à corrupção ou má gestão. O índice mede a transparência proativa do Município a partir da informação que por sua iniciativa este publica no seu site web e não deve ser-lhe atribuído um significado para o qual não foi concebido, nem a transparência se esgota no Índice de Transparência Municipal que é a aferição do patamar mínimo da transparência. Da disponibilização proactiva da informação não podemos aferir da leitura e dos resultados que o Município A é mais transparente ou mais íntegro que o Município B. O índice deve ser avaliado em conjunto com outros indicadores de governança existente ou criar para que possa contribuir de forma sistematizada e continuada para uma melhoria da qualidade dos serviços municipais e da democracia local”*. Estamos então a valorizar o assobio vendido nas festas de S. Gens que era de barro, mas que no primeiro momento caiu e partiu e deixou de assobiar. Não vamos dar demasiada importância a uma coisa que não a tem, ainda que possa ser usada como instrumento de algum combate político, embora sendo frágil.

A segunda nota, a da verdade pela razão e que eu estou em querer que esta agitação do Grupo Parlamentar do PS é mesmo inicial e que confesso que não me está a desagradar. Não sou ninguém para dar conselhos, mas tão só algumas recomendações que podem ou não ser consideradas. Aproveitar este índice, que não vale nada porque se gere com um timing que é deles. Ora, um dos documentos que pode eventualmente levar ao conhecimento dos outros o estado de saúde financeira, o modelo de gestão, os critérios de opção do plano e da execução orçamental que são a contas que vamos hoje aprovar não são consideradas para este índice. Portanto, esta ONG avalia de acordo com os seus critérios. O PS tem uma tradição de governo em Amarante e de respeito, até porque é o maior partido da oposição. A minha recomendação é que ela deve ser sempre fundamentada numa ação política que se baseie na verdade e não no aproveitamento, porque o *post* colocado na página do Partido Socialista não dignifica o PS.

## **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que “ a informação vem de uma ONG e como tal tem o valor que tem. De facto o PS postou na sua página de facebook o IMT e 2017. Estou certo e disso não tenho dúvidas é que Amarante sempre vai continuar a ser um município transparente. Amarante agora desceu 102 posições, mas em 2016 subiu 107 posições. Não vi nessa altura o PS a dar nota deste registo positivo. Para o ano, tenho a certeza de que Amarante vai voltar a subir. Toda a gente sabe que isto é uma

questão formal e não uma questão substancial, porque não se sobem ou descem centenas de lugares de um ano para o outro. Nessa altura, quero ver se o PS vai postar no facebook que Amarante subiu e disso vai dar aqui registo na Assembleia conforme veio dar hoje o registo que deu. Apesar de tanta falta de transparência vê-se que o PS está conhecedor dos ajustes diretos, das avenças e de tudo o mais que existe na Câmara. Para o ano, espero que venham cá registar uma subida se ela efetivamente acontecer, isto para haver coerência. Por falar em coerência, eu na última Assembleia verifiquei que num assunto que é uma bandeira para o Governo do PS e dos partidos de esquerda que o apoiam e que era o programa de vincularização dos precários, estranhamente o PS de Amarante absteve-se. Isto é inédito não só em Amarante, mas talvez no país, mas o PS tem toda a legitimidade para usar o sentido de voto como bem entender”.

### **ZITA PEREIRA – PSD**

Relativamente a este ponto a senhor Deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Como se explica aos munícipes que a informação disponibilizada no website da câmara não é transparente e íntegra?

Pelos vistos, a TIAC – Associação é especialista a classificar câmaras pelos conteúdos do website. Sim, uma associação que vive de quotas dos seus associados, voluntários e subvenções, tem uma base criteriosa, que sustenta a discussão atual na bancada socialista, limitando-se a uma gestão do incómodo que o ranking está a provocar.

De facto, existe uma orientação estratégica, eticamente ultrajante, cujo tema de discussão não é propor conteúdo informativo, organização de conteúdos, imagem, ou outros aspetos relevantes ao website. É sim, alimentar e promover dúvida, alastrar o tema, com intenção de prejudicar a imagem do Executivo e da Assembleia Municipal, órgão fiscalizador e controlador nesta matéria.

Aconselho os presentes, queiram, por favor, verificar os websites dos primeiros lugares no ranking e comparem com o da nossa Câmara Municipal. Eu como munícipe para além de deputada, prefiro o nosso.

Os pedidos de esclarecimento, a indignação popular dos políticos da oposição, não tem base consistente, muito menos assente em princípios construtores ou com propostas de melhoria. Assentam em holofotes acusatórios, que pretendem desacreditar a instituição: Câmara Municipal, o que revela como são frágeis os alicerces da nossa democracia. É, ainda, mais admirável que quem tem a responsabilidade máxima na salvaguarda das instituições democráticas, alinhe na alimentação dos resultados de uma classificação no que a associação considera refletir transparência e integridade.

É nesta classificação que devemos refletir? Ou precisamente, é no conteúdo, na imagem, na organização dos conteúdos publicados no website? Se esse está claro, preciso e de fácil acesso à informação?

Talvez com um pouco mais de esforço, aqui, se debata o que de facto interessa à população. Certificadores do que é verdadeiro e do que é falso, ou como definidores do que é importante e do que é dispensável.

Algo, no entanto, temos de reter, mais que as ignorâncias, mais do que os efeitos de manada das notícias e das redes sociais, quem tem falhado são os que insistem em não ouvir os eleitores.

Esta é uma casa democrática, pública, transparente e íntegra, da responsabilidade de todos”.

### **JOSÉ LUIS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

Relativamente ao Índice de Transparência Municipal já foi quase tudo dito, mas gostaria de acrescentar que o site que nos atribuiu o ano passado o lugar sessenta e seis, foi o mesmo que nos colocou no lugar cento e sessenta e oito. O que é que falhou



de lá para cá? Assumo que houve um lapso da nossa parte, mas a entidade que faz a consulta dos sites, não consulta, mas apenas solicita a todas as Câmaras uma série de indicadores e pede para dizermos onde nos enquadrámos. Como não enviámos a resposta, eles partem do princípio que não temos e por isso tivemos esta classificação. Se tivéssemos enviado estaríamos seguramente no lugar sessenta e seis como no ano passado ou até mais baixo. Esta é a verdadeira questão. Nós sabemos que são estas as regras e quem falhou fomos nós. Prioritário para nós é disponibilizar toda a informação no site do município. Eles monitorizam setenta e seis indicadores agrupados em sete áreas que eu vou ler e vocês vão ver se temos ou não essa informação: *Informação sobre a organização, a composição social e funcionamento do município. Planos e relatórios, impostos, taxas, tarifas e regulamentos. Relação com a sociedade. Contratação pública. Transparência económica e financeira e transparência na área do urbanismo.* Ou seja; estamos a falar de informação com estas dimensões. O site do município está constantemente a sofrer atualizações onde é vertida toda esta informação. Acreditem que no próximo ano vamos responder atempadamente para que os senhores possam *postar* uma boa notícia do grande aumento do ranking.

Relativamente à informação da APE, quero dizer que o que lá está é só aquilo que está concretizado. Agora, também é verdade que do universo das entidades que nos contactam, muitas delas desistem por vários motivos.

### **CANDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse “ Senhor Presidente abordará agora as questões de ordem financeira do Município e a sua consideração na atividade desenvolvida, este relatório reflete a análise da execução financeira de 1 de janeiro a 31 de março.

Aquando do edital exarado pelo Senhor Presidente da Assembleia ser datado de 20 de abril e o relatório ser datado desse mesmo dia, o Senhor Presidente da Assembleia ainda não tinha o documento em sua posse, tendo que ser enviado mais uma vez posteriormente, é de lamentar, pois os senhores Deputados deveriam ter acesso aos documentos atempadamente, até para fazer uma leitura mais densa e crítica dos mesmos.

No que respeita à avaliação do conteúdo, o capítulo 1 do relatório esclarece a situação financeira.

Tenho que reafirmar que o Partido Socialista continua a alertá-lo para a prudência que tem de haver a nível financeiro principalmente quando se gere um orçamento que não é mais que dinheiro público.

Assim consideramos que em termos de endividamento, o seu executivo está num percurso que é perigoso, 12 milhões e meio de euros de dívida, preocupa-nos, mas mais preocupante ainda é a dependência de receitas vindas do exterior por via das transferências de fundos quer nacionais quer comunitários para pagar essa dívida, como podemos observar no quadro 1, que o aumento de receita resultou em muito das transferências de capital. Se esta estratégia se mantiver tememos a possibilidade de problemas financeiros pela dependência de financiamentos externos.

E esta evidência é deduzida a partir da análise do mapa 3 que as despesas correntes tiveram um aumento exponencial muito alavancadas pelos juros e outros encargos, despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços.

Pergunto, portanto, se nos pode informar, um dos reais os indicadores financeiros que atestam a boa capacidade financeira da autarquia: Neste momento qual o prazo médio de pagamento a fornecedores?

Qual o ponto de situação do Plano de Urbanização de Vila Meã?

### **CARLOS CARVALHO - PSD**

No uso da palavra disse que o que o trazia à tribuna era “mais uma vez o desagrado para com o PS que mais uma vez continua a confundir as coisas. Por isso, acho que devo prestar e dar alguns esclarecimentos ao que aqui se está a passar. O

PS não está preocupado se Amarante tem uma boa posição ou não no ITM. A prova disso é a piada que há instantes o elemento do PS que me antecedeu aqui fez e que disse que se o assunto não é importante não vinham cá três pessoas falar nele. A questão é muito simples. Mais do que o IMT, a análise dessa ONG que está em causa é uma questão de demagogia política que é isso que o PS está aqui a fazer. O que aquelas três pessoas aqui vieram fazer, a que se seguiu também o senhor Presidente de Câmara foi explicar qual é a análise que aquela ONG faz e como é que atribui o ranking que atribui no IMT. Mas o que o PS quer, não é que Amarante tenha uma boa posição no ranking. O que o PS quer é fazer uma política de acusação pessoal, de levantamento de suspeitas às pessoas e tentar com um jogo de palavras sobre transparência, dizer que estas pessoas não são sérias. Isso é fazer política fácil, de demagogia, de quem não tem mais nada que fazer a não ser tentar destruir porque já não sabem sequer o que é tentar construir Amarante. E só isto que eu tenho para dizer”.

### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse que iria referir-se apenas a algumas coisas de como deve ser o funcionamento da Assembleia Municipal. A primeira, é que no passado nós já nos habituamos a discutir a vida interna do PSD dentro da Assembleia Municipal. Em segundo lugar quero dizer que também não vamos passar uma Assembleia a discutir a vida interna do PS. Portanto, se todas as intervenções querem visar o posicionamento do PS, habituem-se porque o PS vai continuar a fazer a oposição que tem que fazer à Câmara Municipal de Amarante. É particularmente satisfatório saber que a intervenção política que o PS faz numa rede social onde divulga os seus posicionamentos políticos faz com que vários Deputados da Assembleia Municipal venham falar daquilo que é gestão do facebook do PS. Acho que devem reparar nesse post e em todos os outros. À senhora Deputada do PSD que saúdo por ter feito a intervenção que fez onde disse que estava cá enquanto cidadã e não enquanto membro desta Assembleia, quero dizer que a demagogia cada um toma a que quer, e a verdade é que também deve ver os restantes posts do PS e indignar-se relativamente à política do ajuste direto e do concurso público. Deve indignar-se também contra os contratos de avença que são ou não são feitos. Se o não quer fazer como Deputada Municipal, porque está afeta a uma bancada política, faça-o como cidadã.

Ao senhor Deputado Moura e Silva quero dizer que se há partido de quem não vão aceitar conselhos é do CDS/PP, porque um partido que desistiu de ir a eleições para apoiar uma coligação, quer agora quer no passado, vir hoje dar conselhos ao PS, parece-me um pouco caricato. Caros membros da Assembleia estamos aqui para discutir Amarante e o seu futuro. A vida do PS e a forma como faz a sua intervenção política apenas diz respeito ao PS que terá sempre uma posição proativa, usando argumentos fortes ou menos fortes. O ITM mede precisamente aquilo que foi dito aqui, mas nunca o PS disse noutra fórum outra extrapolação que não aquela. Espero que seja a última vez numa alusão de Presidente da Comissão Política do PS e não de membro desta Assembleia Municipal.

### **ZITA PEREIRA - PSD**

No uso da palavra disse que sua intervenção nada teve a ver com o post do PS no facebook porque como não tem facebook não foi essa a razão que a levou a usar da palavra. “A minha intervenção deveu-se à intervenção do Dr. Cândido Zoio que veio completar o meu ponto de vista. Se é demagogo ou não essa é uma questão que a mim pouco ou nada me interessa.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, disse que queria registar com agrado a excelente intervenção da Dra. Zita, que não tem que se justificar de nada. Eu estou muito satisfeito, porque a

matriz continua a mesma, Continua-se a dizer mal, critica-se negativamente, mistifica-se etc. Isto para nós é um bom sinal. É sinal que não se aprendeu com os erros do passado e portanto, se não se tiraram consequências do que aconteceu no dia 1 de outubro e se continuam com a mesma matriz, com o mesmo ritmo, para nós, para mim isso é um motivo de satisfação. Mas, por outro lado, também é um motivo de preocupação pela fragilidade que é este tipo de oposição. Amarante tem uma governação forte e no meu entender também precisava de uma oposição forte porque isso era bom para o nosso Município. Pode ser que a matriz mude porque seria bom para todos nós, mas se não mudar a dedução é fácil e isto é lógica pura.

Já agora, eu julgava que o senhor Deputado Hugo Carvalho vinha aqui dizer porque é que na última Assembleia houve falta de coerência. Também não percebo quais são os problemas dos contratos de avença. Se acham que são ilegais, denunciem-nos. Aliás, devíamos comparar as avenças que se fazem agora com as que se faziam no passado. O método, a metodologia, os ajustes diretos e quantas empresas se contactavam e a quem eram feitos esses ajustes. Era um bom exercício para se fazer. Quanto às avenças haveria muito para falar.

Quantos aos ajustes diretos o seu antigo Presidente de Câmara disse muitas vezes publicamente que era a favor dos ajustes diretos, desde que estivessem dentro da lei. Se facilitarem o trabalho e a eficácia, porque não fazê-los? O seu próprio Governo, senhor Deputado até vai agora recorrer aos ajustes diretos para contratar os helicópteros Kamov. Tiveram este tempo para fazer um contrato público, mas vão fazer um ajuste direto num assunto desta relevância. Se é urgente e importante para o país, façam-se.

#### **JOAQUIM TEIXEIRA – PSD**

No uso da palavra disse que “apenas queria fazer uma pergunta simples, porque parece que pelo que disse aqui o senhor Deputado Hugo Carvalho, que eu esperava não vir aqui nestas condições dizer mais sobre aquilo que se diz do PS, mas sendo assim eu faço a seguinte pergunta: Isso é um pedido ou é uma ameaça aos elementos do PSD?”

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse que “há palavras que não gosta de usar, até porque no passado já paguei por ter dito uma palavra que não deve ser dita e que foi a palavra honra. Mas isso não impede que sejamos comedidos nas palavras que dizemos. Já de outras vezes não respondi ao senhor Deputado que me faz estas pequenas interpelações. Vamos dar dignidade ao órgão e não utilizar palavras específicas, como seja a palavra cesurar. Estamos na casa da democracia e o PS é um partido fundador da democracia, assim como é o PSD e por isso, se há palavras que não devemos usar nesta Câmara é a palavra censurar. O mesmo se diz sobre populismos. Populismo seria se eu quisesse questionar contrato a contrato as avenças que foram realizadas. O PS mostra preocupação com o número e o montante de alguns dos contratos realizados. Da mesma forma que mostra preocupação com o número de ajustes diretos. Se me perguntam se são ilegais, digo que não porque são uma das formas de contratação pública. Também sabemos que os ajustes diretos também têm questões negativas, entre as quais se destaca uma menor concorrência, o que leva a um preço mais elevado. Se se acautelar com tempo estes ajustes vão conseguir-se poupanças. É exemplo disso a construção dos campos sintéticos em Amarante que se tivesse sido feita por concurso público e não por ajuste direto traria uma poupança muito significativa para os cofres do município, aliás, permitia com o preço de três ter feito quatro. Permitia ainda que a Câmara beneficiasse de uma parte do IVA. Em resumo: nada temos contra os ajustes diretos mas sim contra a forma abusiva deste tipo de contratação”.

### **ESTEFÂNIO PINTO – PSD**

No uso da palavra disse que apenas queria fazer uma pergunta: - houve algum procedimento ou alguma adjudicação que tenha levado à conclusão do preço que iria custar a obra no procedimento do ajuste direto dos sintéticos que definiu o valor para a obra que iria ser contratada para podermos comparar? Essa comparação foi aqui feita no momento próprio e se compararmos aquilo que é comparável, que são as estimativas orçamentais verificou-se que a estimativa orçamental do concurso público até era superior à dos processos que foram apresentados aos clubes. Esse procedimento iria ser feito pelos clubes, mas isso não aconteceu e por isso não podemos afirmar que por ajuste direto a obra iria ser mais cara. Pelo que se verifica isto é uma não realidade.

### **HUGO CARVALHO - PS**

No uso da palavra disse que o dossier dos campos sintéticos foi debatido aqui nesta Assembleia. Os Vereadores do PS tomaram uma posição no momento devido que beneficiou o município que beneficiaria desde logo até pela questão do IVA. A lógica do concurso público levou a que ainda fosse melhor. O senhor Deputado Estefânio nunca me irá contradizer quando eu lhe digo que um concurso público traz mais benefício que um ajuste direto. Havendo mais concorrência, tendencialmente haverá preços mais competitivos. Isto é a lógica do mercado.

### **ESTEFÂNIO PINTO – PSD**

Relativamente ao IVA, a questão não será bem assim. Se fossem feitos pelos clubes e pela via do ajuste direto provavelmente o IVA não seria um custo e sendo assim essa questão não é líquida. Deixe-me também dizer-lhe que o concurso público tem muitas vantagens, mas também tem muitas desvantagens. Já tivemos obras paradas porque a empresa que ganhou com o melhor preço nem sequer conseguia fazer a obra porque apresentava valores abaixo do valor do custo e nem a garantia bancária conseguiam apresentar. O ajuste direto, para além de estar previsto na lei e ter de cumprir regras, e ter de ser submetido a concorrência como tem sido hábito nesta Câmara. Por recomendação do ROC, em 2014, foi recomendado que não se devia recorrer sistematicamente aos ajustes diretos com convite a uma só entidade. A lei diz que o ajuste direto é para fazer convite a uma só entidade, mas pode o dono da obra, se assim o entender convidar mais do que uma entidade. Este procedimento só não é feito para casos devidamente fundamentados por quem de direito, neste caso pelos técnicos. Todas as empreitadas que foram feitas por ajuste direto e tendo em conta que o valor médio anda na casa dos quarenta mil euros, o que significa que há muita obra de cinco, dez e quinze mil euros, havendo uma ou outra que pode ir até ao valor limite, leva a que o volume de obras tenha aumentado muito em relação ao passado.

### **JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

Em resposta às questões anteriormente colocadas, o senhor Presidente começou por dizer que relativamente aos ajustes diretos este Executivo, teve um volume muito grande de obras face àquilo que é comparável com os mandatos anteriores. É verdade que teve muitos mais ajustes diretos. Foram realizadas duzentas e uma obras. Estamos a falar de um acréscimo considerável de obras que este Executivo realizou no mandato anterior. É verdade que no ano de 2014, nesta mesma sala alguém me questionou sobre os ajustes diretos. Quando aqui cheguei achei que devia manter o que estava estipulado, até para conhecer melhor e só depois ir operando mudanças, eu saí desta sala, mas no dia seguinte chamei os técnicos, a quem perguntei como é que estavam a ser os procedimentos porque eu quero mudar. Não quero que se convide uma só entidade, mas sim várias. Nessa altura pedi para compilar dados de 2011. De vinte ajustes diretos, dezassete foram feitos a uma única

entidade. No ano de 2012, foram adjudicadas treze obras por ajuste direto. Em 2014, é verdade que também foi igual, mas depois de ter sido chamada à atenção, mudei as regras. Assim, em 2015, de trinta obras, ajustes a uma só entidade foram oito, ou seja, passamos para vinte e seis por cento. No ano seguinte, de cinquenta e oito, sempre a aumentar o volume de obras, a uma entidade foram só dezoito, num total de trinta e um por cento. Portanto, só as pequenas empreitadas é que são feitas por ajustes diretos, até porque muitas vezes dada a necessidade urgente de resolver o problema, não há outra forma de colmatar essa necessidade imediato a não ser fazer um ajuste direto. Tudo isto mete confusão a muita gente. E mete confusão porque há obra. De qualquer das formas este procedimento está consagrado na lei.

Relativamente a uma outra questão que me foi colocada, quero dizer que o estudo prévio já foi entregue e vai agora ser submetido à reunião de Câmara para depois seguir o procedimento normal. Estamos a falar do Plano de Urbanização de Vila Meã.

Relativamente ao prazo médio de pagamento, sei que dilatou. O último número que me deram foi de trinta dias, o que aumentou um pouco relativamente ao prazo de seis dias que então vigorava. Pensamos a breve prazo recuperar de novo os prazo que até agora vigoravam.

### **PONTO Nº 2– ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – PARECER DO ROC SOBRE AS CONTAS DE 2017**

Relativamente a este ponto, nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. Passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 21, votos a favor: 30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

### **PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2017**

A discussão deste ponto foi iniciada pelo senhor Presidente da Câmara, que utilizando como apoio à sua intervenção uma apresentação powerpoint, começou por dizer o seguinte: “gostaria de fazer uma análise das vertentes orçamentais e patrimoniais das contas do município. Relativamente a esta análise eu gostaria de explicar esta diferença, que embora seja do conhecimento da maioria, nunca é demais repeti-la. Trata-se de explicar a diferença entre a contabilidade orçamental a contabilidade patrimonial. A contabilidade orçamental é elaborada na ótica de caixa, ou seja, tudo aquilo que recebemos e tudo aquilo que gastamos, designado por fluxo de caixa. Na segunda, é elaborada numa ótica económica tendo em conta tudo o que são os proveitos e tudo o que são os custos.

Vou então começar a explicar a vertente mais orçamental. Pela análise que podemos fazer ao gráfico, podemos verificar que no ano de 2017 nós temos uma receita total de 32,4 milhões de euros e temos uma despesa de 34, 9 milhões de euros. Falamos por isso de uma diferença de 2,4 milhões de euros. Isto não quer dizer que haja aqui um desequilíbrio. Como sabem, a lei dos compromissos obriga a que não possa haver mais despesa do que a receita. Quando se olha para os gráficos temos de ter em atenção aquilo que é o saldo de gerência, aquilo que transita de um ano para o outro. No caso presente e para o ano de 2017 transitou 5, 806 milhões de euros. Claro que também é verdade que nós temos 1,3 milhões deste total que têm a ver com operações de tesouraria e que são as cauções dos empreiteiros que tem a ver com as empreitadas. Também é verdade que temos aqui um problema que se arrasta há muitos anos, que são 399.000 euros resultantes de um desfalque ocorrido já há muitos anos e que ainda entra nas nossas contas. Por isso, em bom rigor, transita efetivamente e que pode ser contabilizado como sendo verba que temos para gastar no

valor de 4,1 milhões de euros. Quero com isto dizer que não há qualquer desequilíbrio financeiro porque nós temos uma receita superior de 1,7 milhões de euros e não inferior a 2,4 milhões de euros que pode confundir quem vê a tabela por si só.

Pela análise do quadro pode ler-se também que houve uma taxa de execução de 85% e por isso um aumento em relação aos anos anteriores, com um consequente aumento de receita. Temos de ver que os Quadros Comunitários também ajudam a que haja um aumento da receita. Portanto, é de registar que o ano de 2017 teve um montante de 32,5 milhões euros, o que é bastante significativo.

Num segundo quadro pode ver a despesa e a despesa e como há pouco atrás disse aumentou 34,9 milhões de euros, que é um aumento significativo, mas que tem a ver com o grande volume de obras que foram encetadas nos últimos anos e obviamente que os pagamentos respeitantes a essas obras tenham levado a um aumento da despesa. Estão neste valor incluídas outras despesas, de que falarei mais à frente. Tivemos um aumento significativo na rubrica do pessoal, no valor de 894.000 euros que tem a ver com a regularização das posições remuneratórias e respetivos encargos que levaram a este esforço. Em bom rigor, em termos de pessoal eu gostaria de dizer o seguinte: - o Município de Amarante e se para isso nos reportarmos aos anos de 2011, 2012 e 2013, verificamos que daí para cá, a estrutura fixa de pessoal tem vindo a diminuir. Em 2012 tínhamos 520 pessoas. Em 2013, tínhamos 532 funcionários. Depois baixou para 515. De seguida para 494. Desde que cá estou já baixou 42 pessoas. Quando falam da prestação de serviços, efetivamente no ano de 2016 tivemos 24 contratos de avença e no ano de 2017 tivemos 26. Neste momento temos estes e toda a gente sabe porquê. Por exemplo, motoristas de serviços urbanos repusemos cinco, cozinhas e escolas repusemos seis, repusemos também nos serviços técnicos de arquitetura, e na área jurídica. Estes números têm também a ver com a saída de alguns funcionários para outras Câmaras, onde se incluem dois advogados e por isso uma estagiária que cá temos ficará afeta aos serviços. Isto para dizer que aquilo que muitas vezes se vai ouvindo não corresponde à verdade, até porque em termos financeiros aquilo que se paga agora está abaixo do valor que se pagava quando cá chegamos. Neste momento, a Câmara tem menos pessoas, mas tem o dobro do trabalho. Nesta estrutura há um engenheiro que trabalha com os Sistemas de Informação Geográfica, que foi preciso contratar, porque não tínhamos. Dos duzentos e um projetos de pequenas empreitadas, cento e oitenta e um foram executados nos serviços da Câmara. Se cada projeto andar na casa dos dez mil euros, vejam quanto custaria. As Juntas de Freguesia já não tem esta despesa porque é a Câmara que faz esses pequenos projetos. Estamos a falar de cerca um milhão e oitocentos mil euros. Esta é a realidade, mas claro que podem fantasiar e dizerem o que quiserem. Agora, se nós contratarmos o Siza Vieira, o Souto Moura, o Sidónio Pardal, obviamente que tenho de lhes pagar. Aumentamos também em muito a contratação de especialistas na área energia para fazerem auditorias à eficiência energética dos edifícios. Vou continuar a contratar para algumas áreas da especialidade, para assim poder ter projetos na mão, que nos permitem fazer candidaturas. Muitas das prestações que temos no valor de 2,6 milhões de euros, 1,5 milhões são financiados por fundos comunitários. Vamos dentro de pouco tempo apresentar um estudo para o Marão para trabalhar aquilo que o senhor reivindica para a margem esquerda, e que é a valorização daquele território. Temos de inverter o ciclo negativo de temos vivido. Sabemos que vai demorar tempo mas vamos conseguir. Muitas vezes dizem-se coisas que ficam bem, mas é preciso dizer a verdade. Não há estas avenças todas. Agora, é verdade que há dois especialistas na área do direito da Universidade de Coimbra, por causa do PDM, porque tínhamos de ter os melhores a trabalhar nessa área, uma vez que o PDM estava enalçado.

O senhor Presidente mostrou de seguida um outro mapa, que “tem a ver com o apoio que a Câmara dá às Associações dos Municípios do Baixo Tâmega e com a CIM e que tem a ver com contrapartidas de candidaturas que eles fazem e que faz com que

os valores aumentem. Nestes valores estão também englobadas as verbas investidas na recuperação do património, como seja o apoio na recuperação de algumas igrejas e também no apoio à manutenção e construção dos campos de futebol sintéticos. Está também englobada alguma verba utilizada no apoio social a algumas famílias carenciadas.

Continuou a intervenção, mostrando um outro diapositivo relativo aos investimentos nas freguesias. Assim, no ano de 2017, foram investidos nas freguesias quatro milhões, quatrocentos e onze mil euros. Só um milhão e noventa e quatro mil euros foram para apoio à limpeza. Quanto a protocolos, continuamos a fazê-los. Estou a comparar todos estes valores, com os de 2013, porque foi esse o ano eleitoral, antes do meu. Obviamente que isto não é inocente. Andamos todos na política. Depois vem as pequenas empreitadas, que fazemos nós e que em 2013 eram feitas através de protocolos. Temos de cumprir os normativos legais.

Quanto às dívidas, importa saber que a de médio e longo estava em nove milhões e seiscentos mil euros quando chegamos e agora está em nove milhões e duzentos mil euros no final do ano. A dívida de curto prazo no valor de um milhão e seiscentos mil tem a ver com as prestações exigíveis no curto prazo que são as amortizações dos empréstimos. O resto são os pagamentos aos fornecedores, que mais ou menos dentro de um mês estarão liquidados. A dívida que mais nos preocupa é a de médio e longo prazo, mas apesar de termos feito obras e investimentos continuamos com as contas equilibradas. Vamos dentro de pouco tempo ter outras obras de vulto mais elevado e para isso dentro de pouco tempo vamos falar de dois empréstimos ao IFFRU, até para recuperarmos algum tempo perdido. Portanto, a dívida é a que é efetivamente apresentada. Relativamente às GOP'S, fico satisfeito porque no mandato anterior executamos 88%, porque aquilo que era o nosso propósito foi mais ou menos cumprido. Claro que houve coisas que falharam, como seja a obra de recuperação do Cine-Teatro, mas a partir do próximo dia dois estamos em condições de fazer avançar, porque muitas vezes a burocracia do país leva a que aconteçam atrasos, mas ainda temos quatro anos, tempo suficiente para podermos executar essas mesmas obras.

Vou agora falar do relatório respeitante à parte económica e financeira e dizer que é verdade que temos um desequilíbrio de um milhão trezentos e sessenta e três mil euros. Este desequilíbrio deve-se ao grande aumento que nós tivemos de investimento e que só para terem uma ideia, em dois anos nós em termos de amortizações aumentamos o património em oitocentos mil euros, daí este aumento. Só em amortizações temos um valor de quatro milhões e cem mil euros. É significativo este aumento de património e que ainda vai aumentar. Espero no fim deste mandato ter um património que nunca tivemos. Claro que também temos aqui a situação do aumento que tivemos no ano de 2017 com o pessoal, no valor de oitocentos e noventa e quatro mil euros, não porque tivéssemos metido mais pessoal, mas sim a regularização das posições remuneratórias. Nós, no programa FAM, já pagámos de 2015 para cá, dois milhões e meio de euros, dinheiro esse cativo pelo Governo, que está numa conta e que não se pode utilizar. É preciso também lembrar que o Município tem despesas que nunca teve e o valor que atrás referi dava muito jeito para executar obras que bem necessárias são. O acesso a trabalhos especializados tem também contribuído para o aumento destes valores.

A situação não é preocupante. Durante este ano vai sair a lei das finanças locais. Vai também ser conhecida a descentralização que vai ser efetuada para os municípios. Primeiro é preciso perceber se esta lei vem de encontro àquilo que é a nossa necessidade até para fazer face a esta descentralização que aí vem. É preciso refletir muito bem no que aí vem, porque não basta descentralizar, se o envelope do retorno não corresponder àquilo que são as nossas necessidades. Como sabem, nós em transportes gastamos uma fortuna para poder fazer face àquilo que também devia ser uma obrigação do estado. Gastamos também muito dinheiro a fazer obras que

deviam ser da tutela do estado. Estamos a ver o que vamos fazer na área da saúde e no Quartel dos Bombeiros de Vila Meã. Estamos a estudar com o Governo a questão do Tribunal. Queremos ajudar, porque queremos captar investimento para cá.

No próximo ano vamos ter de perceber se aquilo que vem do Estado é ou não capaz de ajudar o município naquilo que necessitamos em termos de investimento. A Câmara tem vindo a investir, vai continuar a fazê-lo porque ainda há muito a fazer. Isto é um ciclo que não irá parar nem daqui a cinquenta anos. Estamos num período em que importa aproveitar as oportunidades e os quadros comunitários que ainda restam, aproveitar a oportunidade de ir ao IFFRU. Num investimento de 4,5 milhões de euros de IFFRU, pagarmos ao longo de vinte anos cerca de quatro centos mil euros de juros, é de aproveitar. É uma oportunidade soberana que o município tem para poder trabalhar a área do investimento que é necessário, da mobilidade, da recuperação do património, aquilo que nós todos precisamos para que o nosso município possa corresponder às nossas expectativas e de quem nos visita”

O senhor Presidente finalizou a sua intervenção mostrando aos presentes um conjunto de fotografias que mostravam algumas obras emblemáticas, sendo que para isso contribuiu a boa saúde financeira da Câmara, contrariamente ao que muitas vezes se ouve dizer. O investimento vai continuar e, a partir de agora, vamos privilegiar um conjunto de obras a pagar com financiamentos comunitários”

### **HUGO CARVALHO - PS**

No uso da palavra disse que “o senhor Presidente gastou vinte e seis minutos a explicar-nos o relatório e as contas de uma forma abrangente. Espero que sobre tempo para que ele possa responder às perguntas que lhe vão sendo colocadas. Dentro desta explicação que nos foi dada eu não posso dizer que confio na totalidade dos números que nos foram apresentados, porque basta pegar no documento de prestação de contas que agora vamos discutir que diz que o quadro do município integra 559 colaboradores, um número substancialmente superior àquele que apresentou embora eu entenda que se tenha referido aos contratos por tempo indeterminado, mas convém dizer que o número total deve englobar mais 65, o que dá um total de 559. Convém também dizer que quando faz a linha do tempo e procura apresentar os dados com a bondade política que se entende, também deverá dizer que saíram do município para a empresa Águas do Noroeste um conjunto de trabalhadores do quadro. A linha do tempo e os dados que aqui apresenta numa apresentação a gosto bonito e se calhar por isso temos hoje comunicação social nesta sala, percebi ao longo desta Assembleia que até parece que o Executivo anda a reboque da oposição, o que é bom. Esta apresentação está contagiada pelo sentido partidário do Executivo e os números apresentados apresentam bem essa nota.

Eu devo dizer que a Prestação de Contas é o documento onde tem de estar patente a estratégia política que o Executivo privilegiou. Não vou aqui fazer uma análise demasiado técnica, porque há quem o faça nesta sala com enorme exatidão, nem irei fazer nenhuma análise rubrica a rubrica à exceção de um item específico. Teria sido interessante se o senhor Presidente nos dados que apresentou nos tivesse mostrado o orçamento inicial, aquele que aprovamos aqui em dezembro de 2016 relativo a este exercício. Hoje estamos aqui a falar da execução financeira mas devíamos dizer aquilo a que o Executivo se comprometeu em dezembro de 2016 e a cumprir em 2017. O valor que estava no orçamento, que foi aqui aprovado pelos Deputados do PSD, com a abstenção dos Deputados do PS, foi de 41.171,962,00 euros. Este foi o orçamento que o senhor Presidente se propôs executar nesta Câmara. Só que depois de cerca de vinte revisões orçamentais, à média de mais ou menos uma de quinze em quinze dias, o senhor Presidente da Câmara chega a esta Assembleia a apresentar um relatório de prestação de contas no valor global de 38.000.000,00 de euros. Desde o início do ano até chegar ao fim, o senhor Presidente de Câmara acabou por dizer que se tinha enganado e que havia um diferença de três



milhões, mas além desses o senhor Presidente só foi capaz de executar 32.467.000,00 de euros. Sabe o que isto quer dizer senhor Presidente? É que desde aquilo que apresentou a esta Câmara a quem disse que ia cumprir até ao dado que apresentou nestas prestação de contas, apenas cumpriu 78% daquilo que se comprometeu executar. Sabe porque é que fez as vinte alterações orçamentais e principalmente as duas de dezembro nos últimos dias do ano? Todos sabemos que contribuíram para uma gestão orçamental que lhe permitiu hoje dizer que executou os tais 85% que atrás referiu. O senhor Presidente também podia ter explicado através de um gráfico como é que chegou aos 85%. Todos sabemos que é precisamente o limite em que a Câmara Municipal de Amarante não é penalizada pelo estado por não ter cumprido a execução financeira a que se propõe. E aqui reside o primeiro embuste. É que a Câmara Municipal de Amarante, e o senhor Presidente sabiam que aquando da discussão do orçamento em 2016 estava a apresentar um orçamento claramente empolado eu não conseguiria cumprir. Das duas e uma: ou já o sabia ou, muito mais grave do que isso é que não foi capaz de cumprir o orçamento a que se propôs aqui nesta Câmara.

Avançamos agora para o segundo embuste. Neste acaso abro uma exceção porque só vou analisar uma rubrica específica. Vou analisar a rubrica 02.01 que diz respeito às vias e pavimentações, aquela que diz muito na gestão autárquica das nossas Juntas de Freguesia. Na rubrica 02.01 foram colocados 88 intervenções. O senhor Presidente sabe quantas executou? Das 88 executou 32. Mas o mais caricato é que o senhor Presidente inscreveu em orçamento mais 56 intervenções com um valor igual ou inferior a cinquenta euros. Portanto foram executadas 32 intervenções, mas conseguiu comprometer os senhores Presidentes de Junta com a promessa de obras futuras fazendo-os acreditar que iria fazer 56 intervenções. O senhor Presidente executou 32, mas inscreveu em orçamento à espera de ter dotação mais 56 intervenções. O segundo embuste fica esclarecido quando à forma como o senhor Presidente trata os supostos protocolos com as Juntas de Freguesia.

Vamos agora ao terceiro embuste, porque por mais que o senhor Presidente tenha procurado explicar a dívida do Município não o conseguiu de forma muito clara. A questão é muito simples. Neste momento é de 12 milhões de euros, mas o que é certo é que em agosto de 2017 o senhor Presidente enviou para casa dos Amarantinos um documento com números de que eu não duvido, mas com a estratégia política de fazer crer que a Câmara tinha uma dívida de 7 milhões de euros. Ora, de agosto a dezembro, que é o período de tempo que hoje estamos a analisar é-nos apresentado um PowerPoint com 12 milhões de euros. Os números em causa são o que são. O que nos preocupa foi que em ano de eleições o senhor Presidente tenha dado a conhecer números que sabia que iriam ser muito superiores no final do ano.

O quarto e último embuste que quero dar a conhecer prende-se com a forma como o PS vê a forma como o senhor Presidente da Câmara tem gerido a Câmara no que diz respeito ao domínio financeiro. Procurou explicar aqui o resultado negativo do desempenho económico. Procurou com uma apresentação camuflar um dado muito importante relativamente à gestão do Município. Relativamente à transição de saldos que apresentou e se descontarmos as garantias bancárias que tem na sua posse que não poderá usar; se descontarmos também os compromissos de curto prazo no valor de 2,7 milhões de euros e se fizermos a subtração de todos estes valores verificamos que do ponto de vista do saldo de tesouraria quase ou nada existe. Mas há ainda outro argumento que prova que esse valor não existe, porque o senhor Presidente também deve saber que na reunião que fez com os senhores Presidentes de Junta na preparação deste orçamento lhes disse que não se podia comprometer com novas obras no orçamento de 2018, mas na primeira revisão orçamental que for feita poderá haver a possibilidade de haver uma transição de saldos. Isto é a prova clara que não há transição real de saldos e que o senhor Presidente de Câmara não conseguiu inscrever aquilo que os senhores Presidentes da Junta queriam para este orçamento porque não há a transição de saldos suficiente para fazer novos investimentos. Há 56

obras inscritas no orçamento com dotação orçamental inferior a 50 euros à espera de um dia serem executadas. Isto prova de uma forma bem clara que a Câmara Municipal de Amarante hoje não tem capacidade para responder aos compromissos de curto prazo, situação que esperamos que mude rapidamente. Não há capacidade para executar os compromissos que assumiu com os Presidentes de Junta. Caiu a máscara de os incluir na primeira Revisão Orçamental e ficou também claro que não temos capacidade imediata para intervir nos compromissos que temos e a transição de saldos não é suficiente para isso. A isto acresce ainda um facto muito importante, porque as intervenções das obras que nos apresentou no powerpoint final, algumas simbólicas como a inclusão da iluminação na Ponte Nova. Nós chegamos a este limite de endividamento de 12 milhões de euros, sem que o senhor tenha conseguido executar os projetos que disse que eram âncora quando se candidatou em 2013 e em 2017. Isto é grave porque o município hoje com a execução do senhor Presidente está a aproximar-se paulatinamente de um endividamento sem cumprir aquilo que disse ser estruturante para Amarante. Onde estão os equipamentos que disse que eram âncora para o concelho? Não os executou. Quando é que irá ter margem financeira para os executar? Isto é a questão de fundo que deixo relativamente a este ponto”.

### **ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA J. F. DE VILA CAIZ**

O senhor Presidente da Junta fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Somos chamados a analisar os documentos de prestação de contas do ano de 2017, um documento que como todos sabem é um documento essencialmente técnico, elaborado por técnicos e atualmente alvo de certificação legal de contas que mereceu o parecer favorável da empresa responsável para o efeito, referindo de forma clara e passo a citar “...as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Amarante em 31 de Dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL”.

A execução dos documentos Previsionais de 2017 cumpriram o Princípio do Equilíbrio Orçamental, confirmado no POCAL, que estabelece que o orçamento deve antever os recursos indispensáveis para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser, pelo menos, iguais às despesas correntes.

Politicamente, pode-se analisar se o que foi previsto no Orçamento e no PPI foi ou não alcançado, quais as margens de execução concretizadas.

A este propósito, como resposta às taxas de execução alcançadas de 85% quanto à Receita e 91,7% quanto à Despesa, podemos ler na declaração de voto do PS, que tais taxas de execução “só são possíveis devido às constantes modificações orçamentais, designadamente as de final de ano, que servem apenas para maquilhar o orçamento de forma a que as contas finais correspondam posteriormente a taxas de execução muito próximas dos 90%, caso contrário os números da execução orçamental seriam bem inferiores e aí sim corresponderiam à realidade”. A esta crítica, permitam-me apenas que relembre as taxas de execução no tempo em que eram poder, em que as mesmas variavam quase sempre entre os 60% e 75%.

Continua a declaração de voto dos Senhores Vereadores do PS numa série de constatações e sem reparos de percentagens das GOP’S por objetivos estratégicos, o que nos leva a concluir da sua anuência pelos mesmos.

Depois, uma preocupação com os 85% de receita arrecada relativa à orçamentada, isto é 32.467.140,87€ em vez de 38.070.479€. Sabem Srs. Vereadores e Deputados dos PS, que em 2013 dos 39.007.727€ orçamentados de receita apenas foram arrecadados 30.542.393,73€, isto é cerca de 78%?

Mas, se isto era preocupante o pior ainda estava para vir na visão dos Senhores vereadores do PS, com a constatação do resultado orçamental, pois a despesa superou a receita em cerca e 2, 4 milhões de euros. Bem, quanto a tal preocupação todos estaríamos de acordo se tal diferença fosse verificada anos após ano, o que

sabemos que não é verdade. Sabemos que tal só foi possível, devido ao saldo de gerência que transitou de 2016 para 2017 de 5.806.750,94€, o que desde logo nos permitia antever uma boa execução em 2017. Já agora, senhoras e senhores Deputados, sabem qual foi último ano em que se verificou uma despesa total superior à receita total? Eu respondo, 2013.

Demonstram também, preocupação pelo facto dos 32,5 milhões de euros de receitas apenas 7,8 milhões respeitarem a receitas de capital, ao que respondemos com os números de 2013: - Do valor total da receita de cerca 28,9 milhões apenas 4,1 milhões respeitaram a receita de capital, isto é, em 2018 atingimos 24% de receitas de capital contra 14% em 2013.

Por sua vez, continuam os Senhores Vereadores do PS, do montante total das despesas de cerca de 34,9 milhões, verifica-se que 21, 2 milhões se referem a despesas correntes e 13,6 milhões se referem a despesa de capital, ou seja, menos de 40% das despesas totais se reportam a despesas de capital e de investimento e 60% a despesas correntes. Dizem mais, que este não deve ser o caminho a seguir na gestão municipal que em nada contribui para o desenvolvimento sustentável e equilibrado do Município.

Voltemos a 2013, Senhoras e Senhores Deputados e, constatamos que dos 30,5 milhões de euros de despesa 21 milhões são referentes a despesas correntes e 9,5 milhões a despesas de capital, ou seja 69% do valor das despesas tem a ver com despesas correntes e 31% com despesas de capital. Só podemos concluir que ao contrário do que afirmam, estamos hoje, no bom caminho.

Refutamos também, a afirmação que continuam a fazer referente aos montantes transferidos para as Associações municipais e Juntas de Freguesia, pois todos sabemos que para se efetuar uma análise justa e correta devemos somar ao valor dos acordos de execução transferidos para as Juntas devem os valores das pequenas obras que são realizadas pelo Executivo Municipal. Assim, vão deparar-se com números bem diferentes.

Passando para a parte final da declaração de voto, permitam-me que refira que algumas das interrogações que colocam fazem-me lembrar aquela profecia efetuada há um ano atrás, numa mesma declaração de voto referente aos documentos de prestação de contas de 2016, pelo Movimento Amarante Somos Todos, que previa que no final de 2017 iríamos atingir um endividamento de cerca de 20 milhões de euros, pois bem, constatamos a 31 de Dezembro de 2017 um valor de 9.219.270€ de empréstimos a M/L prazo que, já agora, compara com os 9.572.979,63€ de 2013 e vem longe do tal número de 20 milhões.

Senhoras e Senhores Deputados, termino referindo-me evidentemente à grande preocupação da bancada do Partido Socialista com o resultado líquido negativo registado em 2017, dizendo que os acompanhava nessa preocupação se tais resultados fossem uma constatação ano após ano, ou se estivesse em causa a nossa capacidade de endividamento ou ainda, se estivéssemos a analisar contas de uma qualquer sociedade em que fôssemos os acionistas. Aqui os dividendos que queremos, são sem dúvida contribuir e fazer deste concelho um território melhor para viver, o que implica capacidade e esforço contínuo para a realização de investimentos e em gastos que possam ser, também eles, reprodutivos. Este será sem dúvida o melhor resultado líquido que poderemos obter”.

### **ESTEFÂNIO PINTO – PSD**

No uso da palavra disse ao senhor Deputado Hugo Carvalho que das 56 obras que estarão inscritas com uma verba de 50 euros e outras sem dotação, destas, 45, são obras executadas em 2015, 2016 e 2017. O valor que aí está tem a ver com a obrigatoriedade da rubrica ter de ficar em aberto para uma futura ou eventual revisão de preços. Se não conhecer mais nenhuma há pelo menos uma que sendo o senhor da freguesia, que é a Rua de Stº André em Telões, pois já lá deve ter passado algumas

vezes que embora tenha lá a verba inscrita já foi executada. E verdade que dessas cinquenta e seis, onze ainda não estão executadas, mas há quarenta e cinco que já estão executadas e o valor lá inscrito é o valor que resulta para revisão de preços.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que “não sou técnico, percebo pouco de contas, não sou economista, nem contabilista, mas senhor Presidente da Câmara, se o senhor executa preocupam-se com a dívida. Se não executa, é porque não executa. Isto vai ser sempre assim. Nós em outubro de 2021 vamos outra vez ouvir a conversa do executar ou do não executar. Os dados que foram apresentados antes das eleições foi a dívida total no valor de 8 363.352,00 euros. Não foram sete milhões. Também ficamos a saber que durante vinte e cinco anos os orçamentos do PS foram embustes. Aliás, em 24 de abril de 2010, aqui nesta Assembleia alguém dizia: *“a discussão deste ponto só tinha de ser pacífica; conta são contas, ou estão certas ou estão erradas. Estou de acordo com o senhor Deputado quando este diz que as contas estão empoladas. O que efetivamente está empolado é o orçamento de modo a contornar o deficit orçamental. As receitas anuais do município andam à volta de trinta milhões de euros enquanto os orçamentos andam à volta dos quarenta milhões”*. Na ata de 24 de abril de 2010 ainda pode ler-se: *“na economia municipal nem tudo é possível, ao contrário do que alguns pensam e não adianta fazer discursos eloquentes que não levam a lado nenhum. Acima de tudo é preciso continuar a cumprir o que foi prometido aos Amarantinos”*. Eu não diria melhor. O ano passado os embustes do senhor Deputado eram as baixas taxas de execução na cultura, no turismo etc. Agora, como as taxas de execução aumentaram o senhor mudou a agulha. Portanto os embustes mudam de acordo com o que se quer criticar em dado momento. De todo o modo, o que eu realço nisto tudo é que se continue a fazer o melhor por Amarante, cumprindo-se o que se prometeu aos Amarantinos. Destaco ainda a análise séria e objetiva do Dr. Jorge Ricardo. Do outro cada um defende o que acha que deve defender. Contas são contas, como alguém diria em 24 de abril de 2010, mas importa salientar que as contas foram certificadas e obtiveram parecer favorável. Para nós as contas estão certas. Para o ROC também estão certas e por isso eu sugiro à bancada do PSD que vote favoravelmente as contas”.

### **FERNANDO MOURA E SILVA – CDS/PP**

No uso da palavra disse que queria dar um breve apontamento sobre as contas e deixar um testemunho do Grupo Municipal do CDS. As contas que o município apresenta estão de acordo com os documentos que regem e obrigam a procedimentos, aliás conforme o relatório do auditor externo. É verdade que o município tinha uma previsão em relação à receita que ficou ligeiramente aquém do que estava previsto. Tem de facto uma taxa de 85% de execução em relação à receita, mas curiosamente em relação à despesa relativamente àquilo que se propôs fazer até se aproxima muito mais daquilo que estava orçamentado porque atinge um valor de execução de 92%. Obviamente aqui podemos interrogar acerca de como é que o Município arranjou o dinheiro para resolver as responsabilidades contraídas com a execução. O senhor Presidente já teve a oportunidade de dizer que algumas das despesas significativas e que estão evidenciadas na demonstração de resultados. Também é verdade que não podemos olhar para a autonomia do Município numa lógica de curto prazo, ou seja numa lógica de 12 meses. Se tivermos em consideração os dois últimos anos de execução do Município, podemos ver que ainda temos um superavit de três milhões de euros que dá um conforto considerável para as ações do Executivo. Portanto, não se vislumbra no curto prazo qualquer dificuldade de liquidez com os compromissos que se preveem ser assumidos e considerando o que está orçamentado para o corrente ano de 2018. O balanço e a demonstração de resultados são também dois instrumentos de gestão que refletem a vida da instituição e que são um bocadinho mais do que foi

executado. Eu não vejo necessidade de corrigir o modelo de gestão que tem vindo a ser seguido, considerando ainda um espaço significativo para o limite de endividamento do município.

Há contudo uma rubrica no balanço que o próprio Auditor Externo menciona e que me merecem um particular pergunta e que tem a ver com – clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa com valor considerável. Se calhar faz sentido que nas próximas contas do exercício este valor seja corrigido considerando aquilo que o Auditor Externo nos diz.

Fala-se depois na contabilização do Património, ou seja na contabilização dos bens corpóreos. Se esta relação de bens do relatório estiver atualizada já é confortável. Se ela ainda é passível de uma reavaliação em princípio, eu diria que o Município tem ainda mais conforto para o futuro. Eu julgo, salvo melhor opinião, e considerando o relatório que o Auditor Externo nos apresenta, estão reunidas as condições de transparência e de exatidão da vida do nosso Município e em meu entender e no entender do Grupo Municipal do CDS está em condições de ser votado favoravelmente”.

### **JOSÉ LUIS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra começou por dizer que: “logro é sinónimo de embuste e engano é sinónimo de logro. A sua intervenção, senhor Deputado, foi um perfeito engano. Senhor Deputado, o engano pode ser analisado em duas vertentes. Uma é porque se tem desconhecimentos das coisas. Outra, é porque tem vontade de enganar. No seu caso teve vontade de enganar é muito grave porque o senhor sabe perfeitamente que grande parte das obras emblemáticas que este município está a desenvolver, tem em execução ou em fase de projeto são objeto de vários pareceres de várias entidades. Lembro-lhe por exemplo que para a intervenção na zona ribeirinha, para onde já temos uma candidatura aprovada para uma obra no valor de 3,5 milhões de euros, sendo que do FEDER teremos uma verba de cerca de 2,7 milhões de euros, teve pareceres da APA, da REN da RAN da ERSE e da EDP. A REN reúne com cinquenta entidades uma vez por ano. O senhor Deputado sabe disto e se não sabe, tem responsabilidade e tinha obrigação de saber e por isso é que toda a sua intervenção foi um engano, mas um engano propositado. Eu já estou cá há vinte anos. Estive nesta sala em 1997 como deputado e há uma coisa que eu sei quando o senhor vem falar de embustes; é que eu apresentei os projetos, comecei a desenvolvê-los e agora até me criticam porque eu contrato especialistas na matéria para ter projetos e poder fazer candidaturas e ainda agora estamos em condições de avançar com uma serie de concursos públicos e os senhores criticam porque estão preocupados com o facto de eu estar a fazer aquilo que durante muitos anos não foi feito e isso sim é que foi andar a enganar. Na obra de recuperação do Cine-Teatro, toda a gente sabe que fomos enganados ano após ano. A mesma coisa se passou com as Termas. Quartel da GNR, uma vergonha. Ninguém tomava decisões. Escolas não aproveitaram os fundos comunitários. Arrancamos nós com três e vamos fazer mais duas. Depois ainda dizem que eu critico o ensino. Eu ajudo o ensino, ajudo os professores, eu ajudo toda a gente. Eu não executei ainda o Cine-Teatro porque houve atrasos nos pareceres. Não executei o Parque Linear pelas mesmas razões. Mas vão ser feitos. Quanto ao Bairro Cancela de Abreu, tive apenas esta semana um dos pareceres de que precisávamos, para finalmente poder avançar como projeto. Eu em quatro anos consegui fazer aquilo que vocês não conseguiram fazer em vinte e se estivessem cá mais vinte e cinco também o faziam porque não tinham capacidade para fazer, até porque não sabiam fazer. Esta é que é diferença. Nós chegamos e em quatro anos fizemos o que vocês não fizeram em vinte e cinco anos. Vamos agora avançar com o pavilhão Amadeo de Souza Cardoso. O eixo central de Vila Meã que disseram que iriam fazer, não passou de uma ideia, mas nós avançamos com a obra. Fica a saber também que obras como a de Fridão e a de Bustelo, atrasaram porque o Tribunal de Contas atrasou o parecer. E

é por isto que eu digo que o senhor veio aqui enganar as pessoas. Mas volto a dizer senhor Deputado; se engana porque não sabe, eu ainda posso aceitar. Agora vir para aqui dizer coisas sabendo que são completamente falsas não é correto.

Na minha relação com as Juntas de Freguesia o que lhes digo é que agora vou priorizar o grande investimento que tenho que fazer. Não lhes disse que não iria fazer obras. Disse-lhes que íamos fazer planeamento e vamos fazer. Não fiz como em 2010, quando “limparam” completamente o orçamento e nem transferências para as freguesias havia. Eu mantive e até aumentei ligeiramente. Vai haver muito mais capacidade e posso dizer-lhe que as obras que não tiveram capacidade para avançar em 2017, vão avançar entre 2018 e 2020, à medida que os pareceres vem chegando e logo que hajam condições para avançar com os concursos elas avançarão. Posso dizer-lhe que muitos Amarantinos vão ficar orgulhosos da muita obra que vai ser feita neste Município porque ela é necessária. São obras que durante vinte e muitos anos não foram feitas e andaram a enganar os Amarantinos. Isso sim é que foi um logro. Continuam a dizer que são 12.000.000 de euros de dívida. Não importa, mas então digam que é o médio e longo prazo e o curto prazo, mas mesmo assim comparem o que é comparável. Dizerem que a dívida à banca é de 12.000.000 euros é mentira. A dívida de médio e longo prazo à banca, é de 9.000.000 de euros.

Por tudo isto, eu fico muito orgulhoso de toda esta equipa que como eu quer recuperar todo o tempo que perdemos. Acreditem que o estamos a fazer, embora neste momento assusta-me não saber como é que vai ser a nova lei das finanças locais. Nunca tivemos uma execução tão alta mas vamos duplicar o trabalho do último mandato.

### **HUGO CARVALHO - PS**

No uso da palavra disse: “senhor Presidente de Câmara só faltava o seu ar indignado numa Assembleia Municipal. Já tardava, mas aconteceu. Deixe-me dizer-lhe que eu podia rebater ponto por ponto todas as obras que aqui referiu. Mas para se poder ver a facilidade com que se pode rebater tudo aquilo que disse, vou apenas referir-me à área de desporto. O PS executou umas piscinas Municipais que o senhor já não vai ter de executar. Vai ter de fazer umas novas porque a necessidade e o tempo obrigam a isso. O senhor Presidente não vai ter a necessidade de executar umas piscinas municipais em Vila Meã porque já lá estão feitas. O senhor Presidente não vai ter de se preocupar em construir um novo estádio para o Amarante Futebol Clube porque já está construído. Não vai ter de fazer o mesmo relativamente a Vila Meã. Também não vai ter de fazer um investimento na Costa Grande porque hoje já existe um Parque Desportivo. Vai ter de fazer mais para o melhorar. Não vai ter de fazer uma ciclovia, porque ela já existe. Sabe senhor Presidente, eu só estou a dar estes exemplos na área do desporto. Podia dar muitos outros exemplos em todas as outras áreas que o PS no seu legado de 24 anos fez. E agora senhor Presidente se somar todas estas rubricas do investimento que eu estou a dizer, que são aqueles que desde a minha maior idade eu me lembro, já que o senhor Presidente fez alusão ao tempo que estava nesta Assembleia. O senhor Presidente some-os e veja a pequenez do investimento que tem feito.

Senhor Presidente, já que falou nas Juntas de Freguesia, assunto de que não vou falar muito até porque estamos em jogos de poder muito desiguais, uma vez que todos sabemos que um Presidente de Câmara tem muito mais poder que um Presidente de Junta e eu não vou cometer o erro de fazer essa guerra numa Assembleia Municipal onde o Presidente de Câmara tem sempre a faca e o queijo na mão para fazer aquilo que mais lhe convier. O senhor Presidente sabe por exemplo quanto é que custou ao Município construir as Casas Mortuárias em cada uma das Freguesias? Compare com os investimentos que hoje faz e compare com os dados que quer meter nos seus gráficos. Eu, senhor Presidente poderia ainda falar da rede infraestrutural do nosso concelho, mas não vou falar mais nada sobre ela porque foi

uma realidade anterior a mim, que eu não vi e por isso fico por aqui. O senhor Presidente diz que executou a GNR e as Termas. É verdade que executou, mas um dos motivos pelos quais executou é porque aqueles entraves de que há instantes falou e que pelos vistos o impedem de fazer muitas das obras, alguém os apanhou e os foi resolvendo. Dizer “*eu vou fazer o Cine-Teatro*”, acredito que vá, mas foi preciso que alguém antes tivesse comprado o edifício. Também disse “*eu executei as Termas*”, mas também saberá que o processo foi complicado licenciar e aprovar a obra. Também deve saber disso. O senhor também disse que “*o PS critica os projetos que estamos a fazer*”, mas o senhor sabe que o PS só critica os maus projetos. Os bons, espero que os desenvolva porque o PS à semelhança daquilo que o senhor Presidente fez que é executar projetos que o PS deixou, o PS também irá executar muitos dos projetos que o senhor Presidente hoje está a pensar. Não tenha a menor dúvida disso e como acho que só não há troca de poder em ditaduras, estou mais do que convencido disso.

Tudo isto leva-me a fazer a seguinte alusão: - parece que a Câmara precisa comprar um carro para ir até ao topo de uma montanha que não tem estradas pavimentadas, mas, em vez disso, a Câmara comprou um carro para andar em luxuosas autoestradas. Por isso é que o PS alerta que esse não é o caminho adequado, e foi isso fizemos relativamente ao VIA. Perante isso, os Deputados do PSD apressaram-se a dizer que o PS é contra estes projetos, quando o que o PS quer é fazer as opções corretas para os projetos que tem sido feitos. Quando a bancada do PSD, não hoje mas no passado, vem dizer que o PS durante vinte e cinco anos não comprou um carro, esquecendo-se de dizer que para comprar um carro é preciso ter por onde ele ande. Também é isso que justifica muitas das coisas que hoje se passam no nosso concelho. O PSD tem a obrigação de fazer muito por Amarante porque ganhou as eleições em 2013. Reforçou essa liderança em 2017e por isso cabe-lhe governar. Mas também lhe cabe uma coisa muito importante que é saber que hoje tem um ponto de partida que outros não tiveram e que só o tem porque muito foi executado”.

### **CARLOS CARVALHO – PSD**

No uso da palavra disse que “depois de assistir a mais discurso de bela demagogia e de ver alguém vir aqui a este púlpito dizer quem Amarante muita coisa foi feita e lembrei-me de algumas coisas caricatas e que vão completamente bater de frente naquilo que hoje se está a fazer. Enquanto hoje se defende com planeamento e se investe, não se gasta, houve quem no passado fizesse e desta eu lembro-me bem porque numa das reuniões de Câmara em que estive presente enquanto Vereador, fiz a pergunta - “*porque é que nessa fantástica obra dos campos que estão a fazer para o Amarante Futebol Clube, porque é que não planeiam, não fazem a obra bem feita e permitem no caso das camadas jovens subirem de divisão puderem lá praticar o seu futebol?*” Foi-me respondido que não era preciso nada disso e pensar no futuro não valia a pena. Pois agora as camadas jovens pelo que sei subiram e não tem condições para jogar nos campos sintéticos feitos há meia dúzia de anos. É este o planeamento do Partido Socialista? É este o legado? É este o planeamento que fizeram para o futuro? Amarante respondeu em duas eleições consecutivas. Mais, quando fizeram o Pavilhão Municipal esqueceram-se que não tinha altura suficiente e por isso ficamos com mais um pavilhão que não dá para a prática de alguns desportos de pavilhão. É este o fantástico planeamento que o PS aqui vem defender? Quanto às casas mortuárias, sendo obras extremamente importantes, também deviam ter sido planeadas. É inconcebível que tenhamos chegado a 2013, quando o PSD e o CDS venceram as eleições, houvesse freguesias que não tinham Casas Mortuárias, embora havendo outras que as tinham, mas nunca as utilizaram para qualquer cerimónia fúnebre. É este o planeamento? É este o legado que o PS quis deixar? É isto que é preparar o futuro? Senhor Presidente de Câmara continue a investir no planeamento, não cometa erros destes e se é certo que algumas coisas foram feitas no passado e

mau era se assim não tivesse sido, também sirva para que nós agora percebamos que é preciso planear o futuro e pensar positivo porque da mesma maneira que o escalão de formação do Amarante subiu de divisão e precisa agora de condições, aquilo que também nós estamos aqui a querer fazer é melhorar Amarante, subir de divisão e deixar determinados tipos de problemas”.

### **HUGO CARVALHO - PS**

No uso da palavra disse que “faltar à verdade é não dizer que eu apenas constatei factos. Não faltei à verdade em rigorosamente nada daquilo que disse. E depois, apontar erros em infraestruturas e dizer ainda que não houve planeamento no passado é o posicionamento mais demagógico que alguém poderá realizar. Senhor Presidente, por maior que seja a componente de estudos que se faça haverá sempre uma margem de erro enormíssima devido à imprevisibilidade do tempo.

Nesta altura o senhor Deputado fez um ponto de ordem à Mesa no sentido de poder continuar a intervenção que estava a fazer, uma vez que a bancada do PSD não estava a permitir que ele o fizesse. Pediu imparcialidade na condução dos trabalhos.

Continuou a sua intervenção para dizer que o PS durante vinte e cinco anos fez muitos investimentos, cometeu erros em investimentos, deixou coisas por fazer que deveria ter feito e no futuro, o senhor Presidente da Câmara por maior planeamento que venha a fazer, a imprevisibilidade do tempo leva muitas vezes a que hajam maus investimentos. Isso vai acontecer sempre. Agora, nós devemos fazer o máximo possível para que todos os investimentos tenham rentabilidade máxima daquilo que fazemos. O PS fez isso em muitos investimentos que são hoje altamente rentáveis, outros que tem pequenas debilidades e se calhar conseguimos extrapola-las quando algumas são casos que acontecem de cinco em cinco anos no nosso concelho. Mas aquilo que é importante é que nós nesta Assembleia nos centremos a discutir o futuro. Numa Assembleia em que já se procurou falar da vida interna do PS, numa Assembleia que à semelhança de outras e que são sempre posicionadas para se discutir o passado, de uma vez por todas vamos admitir que o PSD ganhou as eleições em 2013, reforçou a vitória em 2017, que está no poder há quatro anos e alguns meses, que já é tempo suficiente para não se desculpar e começar a executar obras que se propôs executar”.

### **CARLOS CARVALHO – PSD**

No uso da palavra disse: “Em primeiro lugar peço desculpa se por acaso disse algum aparte aquando da intervenção do Deputado Hugo Carvalho, mas não foi nem é sua intenção perturbar os trabalhos da Assembleia. Contudo, há coisas que não são fruto do tempo nem do passar dos anos. As medidas que o campo de futebol precisava de ter naquela altura para que as camadas jovens lá pudessem jogar se subissem de divisão, são exatamente as mesmas que são hoje e esta decisão foi tomada há oito anos atrás. Foi uma má decisão. Foi uma decisão para a qual os Vereadores do PSD na altura alertaram, assim como os senhores Deputados aqui na Assembleia. Porque é que é importante discutir isso hoje? Porque é um problema que se coloca a Amarante e a este Executivo hoje. Não estou a discutir o passado porque isto é o presente e o problema está em cima da mesa. Da mesma forma que também está o problema das piscinas municipais que eu há pouco não enumerei. Elas têm problemas graves, praticamente desde que nasceram. Amarante tem enfrentado este problema ano após ano e que mais dia, menos dia vai ter de resolver. As piscinas hoje não dão resposta. Não é só um problema do passado, mas sim um problema para o futuro. Quando falei nas Casas Mortuárias referi-as porque não houve planeamento. Muitas delas que nunca lá tiveram um funeral, poderiam ter dado lugar à construção de outras onde eram mais precisas. Portanto, também não estive a falar dos problemas do passado. Estive a falar dos problemas de hoje.



Quando se diz aqui que eu tenho o prémio da demagogia política pelos muitos artigos que escrevi para a imprensa local, eu não me arrependo de nenhum dos artigos. Eu quando os escrevi, escrevi-os àquela data. E se hoje concordo com tudo o que escrevi naquela altura; se calhar não. Posso até mudar de opinião, mas para isso tenho de ter argumentos que me levem a mudar de opinião. Mas há uma opinião que eu não altero porque o PS durante vários anos,- isso não teve a ver com nenhuma mudança de tempo nem de circunstância - com quantidade de Fundos Comunitários que existiam, com as oportunidades que existiam e que não foram aproveitadas, aquilo que fez foi muito pouco comparado com aquilo que poderia ter sido feito. Se olharmos à nossa volta vemos que os municípios nossos vizinhos que aproveitaram os fundos comunitários fizeram obra. Aí sim verificamos que Amarante ficou para trás. Enquanto outros municípios reformularam escolas com sustentação em fundos comunitários, Amarante deixou essa oportunidade passar. Aquilo que se investiu na reformulação do Largo do Arquinho podia ter sido uma reformulação muito maior ao mesmo custo para o município. Quando estamos aqui a falar de coisas que são do passado, são coisas que se refletem no dia-a-dia. Isto é simples e não é enganar ninguém.

### **CANDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse que temos que falar efetivamente a verdade e a verdade do relatório de contas apresentado mostra-nos uma dívida total de 12.561.000 euros. E por falar em verdade eu gostava de falar olhos nos olhos com o senhor Presidente. *“Eu, noutras funções fui falar consigo. O meu filho andava no 5º ano de escolaridade, na escola Amadeo de Souza Cardoso. Eu era na altura membro da Associação de Pais e ouvi da boca do senhor Presidente que o pavilhão era para ser feito e já. Hoje o terreno está abandonado, continua gradeado, continua a maquete do projeto exposta na Casa da Portela e o meu filho já está no 10º ano da escolaridade e já não está na Escola Amadeo de Souza Cardoso. Uma coisa é quando nós mentimos a propósito. Outra coisa é quando dizemos aos nossos filhos que vamos ter um pavilhão com todas as condições e continuamos a não ter pavilhão na escola. Essa é que é a verdade.*

O sentido de voto do PS será a abstenção.

### **ANTÓNIO RICARDO – PRESIDENTE DA J.F. DE VILA CAIZ**

No uso da palavra disse que pelo facto de se continuar a insistir na dívida dos 12.000.000,00 de euros, queria a esse propósito questionar a bancada do PS e como há ainda investimentos necessários que é preciso realizar, como seja o pavilhão que acabou de ser referido e porque sabemos que a Câmara Municipal de Amarante tem uma situação financeira muito confortável e que se comparada com a dos municípios vizinhos vemos que é bem melhor. É verdade que o legado financeiro do PS foi um bom legado, mas se calhar por isso é que poderiam ter sido efetuados mais investimentos. Se a Câmara tivesse hoje mais quatro ou cinco milhões na dívida era perfeitamente sustentável a médio e longo prazo e é por isso que lhes pergunto se ter uma dívida com mais quatro ou cinco milhões de euros faria alguma diferença para Amarante? Não acham que era de fazer, de uma vez por todas investimentos que nos pusessem noutra nível e com capacidade de poder dar respostas às debilidades e insuficiências que hoje temos?

### **ESTEFANIO PINTO – PSD**

No uso da palavra perguntou ao senhor Deputado Cândido Zoio se ele por acaso sabia qual era a estimativa orçamental para a construção do pavilhão. Pois o valor eram 2.000.000 de euros. O edifício, a ser construído ficava com os mesmos problemas do atual porque não permitia que se pudessem efetuar alguns desportos federados de pavilhão. Portanto a única solução é reformular o projeto, ou fazer um novo que há-de ficar com uma estimativa orçamental inferior à atual.

### **CANDIDO ZOIO – PS**

Usou de novo a palavra para dizer que não vinha cá falar do valor da obra. Veio falar de uma promessa que lhe foi feita que foi a construção de um pavilhão custasse ele 500.000 ou 5.000.000,00 de euros e o que na altura lhe foi dito pelo senhor Presidente foi que “*será construído nem que seja com dinheiro do meu próprio bolso*” e entenda-se – bolso- como sejam os fundos da autarquia. O meu filho, como atrás disse já não nesta nessa escola. Amanhã haverá avaliações e para isso é preciso material de ginásio. Quero ver como é que esses alunos vão ser avaliados.

### **ESTEFANIO PINTO – PSD**

No uso da palavra disse que esta obrigação da construção do pavilhão é da responsabilidade do Governo. Se for a Câmara a fazê-lo tem de cumprir o programa funcional. Se for a tutela isso parece que já não precisa de acontecer e depois se os problemas acontecerem tem de ser a Câmara a resolvê-los e substituir o Governo.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que “comparar vinte e quatro anos com cinco é absurdo. Em vinte e quatro anos lidou-se com centenas de milhões de euros tem de se fazer alguma coisa. Eu se estivesse vinte e quatro anos no poder fazia uma lista de obras bem grande. Se calhar este Executivo fará no mesmo tempo um outra lista de investimentos relevantes que irá daqui ao teto. Não podemos comparar o incomparável. Depois este dramatismo de “prometer ao meu filho”, quero dizer-lhe que também prometeram em 2001 ao meu filho que lhe iam fazer o Cine-Teatro, promessa vinculativa que estava nas Grandes Opções do Plano. Nestas coisas é preciso ser-se minimamente consistente. Trata-se de um pavilhão que é da competência do Governo e não da Câmara. A escola já foi construída em 2006 e na altura podiam ter feito o pavilhão. Porque é que entre 2006 e 2013 não o fizeram? O senhor Presidente já disse que ia fazer o pavilhão. Se ele não o fizer, nas próximas eleições “carreguem-lhe” em cima. Agora não venham cá com a dívida porque ela já deu mau resultado. Falavam em 18.000.000,00 de euros e viram o que aconteceu em outubro de 2017. No meu tempo de Vereador a matriz era outra. Fazíamos crítica construtiva e ajudávamos a resolver, coisa que deu bom resultado porque até ajudou a ganhar as eleições. Em resumo: vou ter que explicar ao meu filho porque é que estava o Cine-Teatro nas GOP’S e não o fizeram”.

Relativamente a este ponto, mais nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. Passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 22, votos a favor: 30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

### **PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2018**

Relativamente a este ponto, apenas o senhor Deputado CANDIDO ZOIO usou da palavra para aconselhar o voto na abstenção. Sendo assim, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 18, votos a favor: 28**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Antes de se passar á discussão dos pontos 5 e 6 o senhor Presidente da Assembleia explicou que estes dois pontos correspondem à mesma informação, isto é autorização prévia para a Câmara contrair um empréstimo de médio e longo prazo nos termos do artigo 51º, numero 1 e 2 da Lei 73/2013 de 3 de setembro. O ponto 5 é a votação na generalidade do empréstimo. No ponto 6 e como o empréstimo é para duas obras; um para o Cine-Teatro e outro para a recuperação do Bairro Cancela de Abreu,

entendo que devem ser votados separadamente. Primeiro na generalidade e depois separadamente para cada obra.

## **PONTO Nº 5 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A CÂMARA CONTRAIR EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NOS TERMOS DO ARTIGO 51º, Nº 1 E 2 DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que concordava com a metodologia porque é esta que tem sido adotada, nomeadamente em abril do ano passado. Queria registar estes investimentos relevantes como seja a reabilitação do bairro Cancela de Abreu e do Cine-Teatro. O financiamento em condições muito mais vantajosas do IFFRU 2020 que só é possível porque a Câmara em tempo e oportunamente definiu as ARU. Sugiro a votação a favor com a ressalva de que o ponto seis para ser aprovado tem de ser objeto de maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, ou seja 27 votos a favor, sendo que as abstenções não contam.

### **CANDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Estamos agora a ser confrontados com mais um pedido para autorização da contratação de empréstimos de médio e longo prazos relativos a dois montantes diversos, totalizando 4.418.522.21 euros.

Empréstimos esses para o pagamento da contrapartida nacional relativo a dois projetos que foram iniciados pelo Partido Socialista e que todos nós aqui presentes estamos de acordo que são essenciais para o desenvolvimento do concelho.

O que nos coloca algumas reservas, relativamente a este e bem assim aos demais, senhor Presidente da Câmara, é que aquilo que nós verificamos hoje é que a capacidade do município para pagar com recursos próprios é praticamente nula e o limite do endividamento está quase a ser atingido.

Aquilo que nós temos visto ultimamente é que somos constantemente confrontados com aquisições sucessivas de serviços por avença, e de constante aumento da dívida do município, e o mais preocupante é que a despesa é superior à receita, apresentando saldo negativo, como podemos verificar no documento relativo à prestação de contas discutido no ponto anterior.

Nós, não sabemos se daqui até ao final do mandato o senhor Presidente vai ter capacidade para manter este nível de despesa, em que a receita proveniente maioritariamente de transferências do estado central ou então proveniente de utilização de empréstimos e que a receita própria tem vindo a decrescer.

Sabendo pela proposta apresentada, que este empréstimo vem agora com melhores condições por via da Resolução, entretanto aprovada pelo conselho de ministros.

O Partido Socialista vai abster-se na proposta apresentada”.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

Usou de novo a palavra para “agradecer mais uma vez ao PS por ter feito o projeto do Cine-Teatro. O senhor Presidente vai executar uma obra do PS. O projeto do Bairro Cancela de Abreu não é do PS, mas sim deste Executivo. Se a Câmara não tivesse definido em tempos as ARU também não havia esta vantagem do IFFRU. A legislação da ARU é de 2009, mas de 2009 a 2013 não se definiu ARU nenhuma. Só depois de 2013 é que se começaram a definir as ARU e por isso temos agora a vantagem do IFFRU 2020. Fazer estas obras com financiamento próprio, nem em cinquenta anos isso era conseguido.

Relativamente a este ponto, mais nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. Passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 23, votos a favor: 30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE M/L PRAZO, AO ABRIGO DOS ARTIGOS 49º, Nº 6 E 51.º, N.º 1, DA LEI N.º 73/2013, DE 3 SETEMBRO, PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS**

Relativamente a este ponto, nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. Passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 23, votos a favor: 30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Ainda antes de ser dados por encerrados os trabalhos inscreveu-se para usar da palavra a senhora Deputada **SARA MAIA**, do PS, que usando a figura regimental da Defesa da Honra, disse o seguinte: “Venho aqui, para fazer a Defesa da minha honra e consideração, porquanto fui ofendida pelo Senhor Presidente de Câmara, quando disse que são falsas as minhas declarações, por ter afirmado na minha intervenção, que na Assembleia anterior, o Senhor Presidente destratou os professores primários e quando diz que o fiz de forma falsa e bem sabendo da falsidade de tal imputação.

Não reagi de imediato, por ser minha intenção confrontá-lo com as declarações que emitii na Assembleia Municipal anterior, as quais foram gravadas e registadas em ata.

No decurso desta Assembleia, analisei as declarações do Sr. Presidente registadas em ata e verifiquei o seguinte:

- 1) A declaração do Senhor Presidente de fls. 17 a 18 da ata da Assembleia Municipal anterior e aprovada hoje, não está completa, pois não reproduz na íntegra e fielmente aquilo que disse, pelo que se impõe a respetiva correção nos exatos termos da gravação.
- 2) Na declaração de fls. 21 da ata, já consta a retratação encapotada do Senhor Presidente, à pessoa do professor Cândido Zoio, senhor deputado do Partido Socialista nesta Assembleia, quando dirigindo-se a este lhe diz : “ (...) *Senhor Deputado Cândido Zoio que a profissão de Professor Primário é uma das mais nobres que há e não quis ridicularizar a profissão. Se fosse enfermeiro, diria que era enfermeiro, se fosse gestor como eu, dizia que era Gestor. (.) Por isso não quero que haja mal entendidos neste aspeto.*”
- 3) Na sequência da ofensa que o Senhor Presidente me dirigiu, quero dizer-lhe duas coisas:

1.º Não me silenciará nem hoje, nem no futuro com as suas ofensas;

2.º Na eventualidade de voltar a ofender, direta ou indiretamente, ainda que de forma sub-reptícia qualquer pessoa desta Assembleia Municipal, terei o especial cuidado a partir de hoje, que a reprodução das suas declarações, constem fielmente e na íntegra na ata da referida Assembleia, para memória futura e não apenas para memória individual dos próprios visados”.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse-lhe que aquilo que a senhora Deputada propõe no primeiro ponto da sua intervenção é neste momento impossível de cumprir, porque a ata já está aprovada. Nessa altura devia ter estado com atenção e pedir a correção. Neste momento não há nada a fazer. Neste momento, se o senhor Presidente da Câmara se sentir ofendido tem, tal e qual a senhora, três minutos para se defender. A senhora teve um momento próprio para fazer a defesa de honra. Abri esta exceção mas não vou voltar a fazê-lo.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando era uma hora do dia um de maio. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

**O PRESIDENTE** \_\_\_\_\_

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

**O SEGUNDO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_



